



PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

3.° Ciclo | 2022 – 2027

RIBEIRAS DO ALGARVE (RH8)



Participação Pública | Avaliação dos resultados

Agosto | 2023







ÍNDICE

1. EN	IQUADRAMENTO	1
1.1.	QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL	2
1.2.	Objetivos	
2. AN	NTECEDENTES - 1ª E 2ª FASES	5
2.1.	Calendário e Programa de Trabalhos	6
2.2.	Questões Significativas da Gestão da Água	6
3. VE	ERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH – 3ª FASE	8
3.1.	METODOLOGIA	9
3.2.	DIVULGAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
3.3.	SESSÕES DE ESCLARECIMENTO E CONSULTA REALIZADAS	15
3.3.1.	Sessões regionais	15
3.3.2.		
3.4.	ENVOLVIMENTO DO PÚBLICO	
3.5.	CONTRIBUTOS RECEBIDOS E ANÁLISE	
3.6.	AVALIAÇÃO GLOBAL	24
4. BA	\LANÇO GERAL	25
ANEX	os	27
ANEX	(O I - Ficha de inscrição nas sessões de participação pública	28
ANEX	(O II - Presenças na sessão pública regional	30
ANEX	(O III - Entidades inscritas na sessão com os setores	33
ANEX	(O IV - Fichas de avaliação da sessão regional de participação pública	37
ANEX	(O V - Notas da sessão pública e da sessão setorial	40
	(O VI - Fichas de Contributos	
ANEX	(O VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica	63





ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA	2
Figura 1.2 – Fases de participação pública previstas na DQA/LA	
Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos	6
Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública	9
Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH	
Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH	. 11
Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no site da APA e no Portal Participa	. 12
Figura 3.5 – Programa da sessão pública regional da versão provisória do PGRH Ribeiras do Algarve	. 15
Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores	. 17
Figura 3.7 – Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais	. 18
Figura 3.8 – Resultados da avaliação dos debates regionais	. 19





ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 – Sessões promovidas no âmbito das QSiGA	7
Quadro 3.1 — Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos	9
Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões	. 13
Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional	. 13
Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada	. 14
Quadro 3.5 – Resultados do inquérito de satisfação da sessão regional	. 16
Quadro 3.6 – Forma de participação nas sessões	. 21
Quadro 3.7 – Natureza da entidade representada	. 21
Quadro 3.8 – Listagem dos contributos recebidos por E-mail e no portal participa	. 22
Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública	. 26







1.1. Quadro legal e institucional

A participação ativa das partes interessadas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH é um dos pontoschave para a DQA — Diretiva Quadro da Água (artigo 14.º) e para a Lei da Água (artigos 26.º, 84.º e 85.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual) enquanto motor para o sucesso da prossecução dos seus objetivos, na medida em que contribui para:

- Processos de tomada de decisão mais sustentados;
- Maior entendimento dos problemas ambientais e das contribuições dos vários setores para serem atingidos os objetivos ambientais;
- Diminuição de eventuais conflitos sobre os usos da água, por desconhecimento ou falta de informação;
- Envolvimento dos utilizadores e stakeholders na implementação das medidas.

No entanto, a DQA/LA exigem mais do que a disponibilização de informação e a consulta pública. Exigem que seja encorajado o envolvimento ativo dos *stakeholders* em todos os aspetos de implementação destes diplomas. A participação ativa e consciente de todos os interessados deve contribuir de forma decisiva para a prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos sendo que, para que sejam alcançados, o processo de participação pública deve basear-se em três pontos principais:

- Na informação, assegurando a transmissão e divulgação dos factos;
- Na consulta, através da auscultação dos interessados;
- No envolvimento ativo dos interessados, na decisão.

A participação e a informação em matéria de ambiente são ainda condições inerentes à promoção do direito ao ambiente e como tal reconhecidas pela Constituição da República Portuguesa e por instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a Convenção de Aarhus.

A Figura 1.1 sintetiza os principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA.



Figura 1.1 – Principais elementos da participação pública previstos na DQA/LA





No que respeita ao enquadramento institucional, nos termos do artigo 84.º da Lei da Água, compete ao Estado, através da autoridade nacional da água (Agência Portuguesa do Ambiente, IP - APA), promover a participação ativa das pessoas singulares e coletivas na elaboração, revisão e atualização dos PGRH, bem como assegurar a divulgação da informação ao público em geral e em especial aos utilizadores dos recursos hídricos, nos termos e com os limites estabelecidos na legislação aplicável.

Por seu lado, o artigo 26.º da Lei da Água determina que, na elaboração, revisão e avaliação dos instrumentos de planeamento das águas seja garantida:

- a) A intervenção dos vários departamentos ministeriais que tutelam as atividades interessadas no uso dos recursos hídricos e dos organismos públicos a que esteja afeta a administração das áreas envolvidas;
- b) A participação dos interessados através do processo de discussão pública e da representação dos utilizadores nos órgãos consultivos da gestão das águas;
- c) A publicação prévia, nomeadamente no sítio eletrónico da autoridade nacional da água, de toda a informação relevante nos termos do artigo 85.º, na qual se enquadra o procedimento de participação pública.

Em cada ciclo de planeamento ocorrem três fases de participação pública em que os interessados são convidados a participar e a apresentar os seus comentários durante um período de seis meses (Figura 1.2):

- a) 1.ª Fase O calendário e o programa de trabalhos para a elaboração de cada PGRH, incluindo as medidas de consulta a adotar, com a antecedência mínima de três anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;
- b) 2.ª Fase A síntese intercalar das questões significativas relativas à gestão da água (QSiGA) que tenham sido identificadas na região hidrográfica, com a antecedência mínima de dois anos em relação ao início do período a que se refere o PGRH;
- c) 3.ª Fase O projeto do PGRH, com a antecedência mínima de um ano em relação ao início do período a que se refere o PGRH.



Figura 1.2 - Fases de participação pública previstas na DQA/LA





1.2. Objetivos

O presente documento tem como objetivos apresentar os resultados dos procedimentos de participação pública empreendidos no âmbito 3º ciclo de planeamento, consubstanciado pela revisão e atualização do PGRH das Ribeiras do Algarve (RH8) para o período 2022-2027, nos termos do preconizado pela Diretiva Quadro da Água/Lei da Água.

Este relatório de avaliação descreve os procedimentos de participação pública desenvolvidos no âmbito do processo de revisão e atualização do PGRH do anterior ciclo de planeamento, incluindo resumidamente os seguintes aspetos:

- a) Metodologias utilizadas;
- b) Formas de divulgação e disponibilização da informação;
- c) A avaliação das sessões públicas e das sessões setoriais realizadas;
- d) Os contributos recebidos e respetiva análise;
- e) A avaliação global, incluindo os aspetos positivos e negativos como forma de melhorar os procedimentos futuros

A informação integrada neste documento dá maior destaque ao procedimento relativo à versão provisória do PGRH (3.ª Fase) uma vez que para as fases anteriores relativas ao Calendário e Programa de Trabalhos (1ª Fase) e à identificação QSiGA, foram elaborados os respetivos relatórios de avaliação de resultados, disponíveis no *site* da APA.







2.1. Calendário e Programa de Trabalhos

O procedimento de participação pública do Calendário e Programa de Trabalhos definidos para a elaboração do PGRH relativo ao 3.º ciclo de planeamento, decorreu entre 22 de dezembro de 2018 e 22 de junho de 2019, tal como estabelecido no artigo 14.º da DQA e no artigo 85.º da LA. As etapas de elaboração do calendário e programa de trabalhos são apresentadas na Figura 2.1.



Figura 2.1 – Etapas do calendário e programa de trabalhos

A informação relativa a este procedimento foi disponibilizada em formato digital no *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo sido rececionados no decurso do período de participação pública, quatro contributos de âmbito geral.

Na generalidade, os contributos recebidos versaram sobre situações concretas a acautelar nas fases posteriores do processo de planeamento, designadamente nas versões provisória e final do PGRH, não tendo existido na prática contributos específicos para o calendário e programa de trabalhos.

A baixa participação verificada nesta 1.ª Fase de consulta pública justifica-se sobretudo pelo facto de as temáticas tratadas nesta fase serem basicamente de índole organizativa, relativas à preparação dos trabalhos a realizar nas fases subsequentes do 3.º ciclo de planeamento.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no site da APA.

2.2. Questões Significativas da Gestão da Água

O procedimento de participação pública das QSiGA, promovido pela APA nos termos preconizado pela DQA (artigo 14.º) e pela Lei da Água (artigo 85.º), decorreu entre 22 de dezembro de 2019 e 15 de setembro de 2020, tendo o período inicialmente previsto de 6 meses sido alargado face ao Estado de Emergência que esteve em vigor entre 18 de março e 2 de maio de 2020, devido à pandemia provocada pela COVID-19.

A divulgação do processo de participação pública das QSiGA foi efetuada através do *site* da APA e no Portal PARTICIPA, tendo ainda disponibilizado um inquérito online que integrou as questões sobre a documentação técnica apresentada.

Para esta RH foram realizadas as sessões on-line indicadas no Quadro 2.1





Quadro 2.1 - Sessões promovidas no âmbito das QSiGA

Tipo de sessão	Data		
Regional	10.julho.2020		
Sessões Temáticas no Instagram (Técnicos APA e Embaixadores Jovens)	14, 16, 23 e 30 julho; 3 e 11 setembro 2020		
Quizz no Instagram	17 e 31 julho; 4 e 11 setembro. 2020		
Setorial nacional	15.setembro.2020		

Para além da Sessão Regional, foram implementadas Sessões Instagram entre Técnicos da APA e Embaixadores Jovens do Voluntariado Ambiental para a Água sobre as seguintes temáticas: Comunicação e Sensibilização, Quantidade e Qualidade da Água, Biodiversidade, Governança/Quadro Económico e Financeiro e Gestão de riscos.

Foram ainda realizados Quizz (ou sondagem) no Instagram às sextas-feiras, com algumas perguntas sobre as temáticas abordadas nas sessões anteriores.

A sessão setorial nacional integrou uma sessão plenária geral, seguida de quatro sessões paralelas com os setores "agrícola e pecuária", "urbano e turismo", "indústria, energia, aquicultura e pescas" e "biodiversidade e investigação".

Especificamente para a RH8, foram recebidos durante o período de participação pública 20 contributos escritos, provenientes da administração central e local e também de associações profissionais, empresas e particulares.

Na sequência da análise efetuada aos contributos recebidos, verificou-se que a eficiência hídrica foi um dos aspetos mais abordados, tendo a ERSAR, em particular, manifestado a necessidade de se considerar a QSIGA 32.

Atendendo à situação de escassez hídrica na RH8, considerou-se que esta problemática deveria ser alvo de um esforço adicional, com metas e investimentos mais exigentes, razão pela qual foi proposta a inclusão da QSIGA 32 na lista das QSIGA desta Região Hidrográfica.

A avaliação global (todas as RH) do procedimento de participação pública das QSiGA do 3.º ciclo dos PGRH foi muito positiva tendo-se verificado, relativamente ao procedimento homólogo do 2.º ciclo, um aumento de cerca de 60% no que se refere ao número de participações. Foram recebidos contributos de 67 entidades/particulares, nove dos quais direcionados para todas as regiões.

Apesar de todas as restrições impostas pela pandemia provocada pela COVID-19 e das adaptações que foram forçosamente implementadas, a participação foi bastante ativa quer de forma direta durante as sessões públicas *online*, quer através do envio de contributos essenciais para a melhoria do processo de planeamento, demostrando o interesse e a consciencialização crescentes dos setores, do poder local e da sociedade civil, sobre as temáticas da água.

Toda a documentação inerente a esta fase de elaboração do PGRH está disponível no site da APA.







3.1. Metodologia

O procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH foi estruturado de acordo com o esquema apresentado na Figura 3.1.

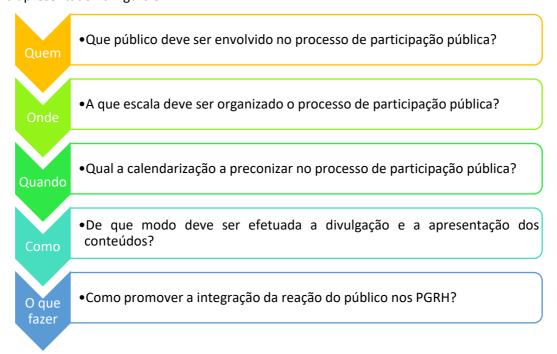


Figura 3.1 – Componentes da avaliação do processo de participação pública.

Para cada um destes aspetos, a avaliação foi efetuada:

- Comparando o preconizado na DQA/LA com o que foi efetuado;
- Recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos que resultam da análise da informação recolhida nos inquéritos efetuados;
- Com base nos contributos e sugestões efetuadas pelos interessados.

Assim, e de modo a sistematizar a informação para cada um destes itens foi elaborada uma Ficha Síntese, com a estrutura indicada no Quadro 3.1 e que se apresenta nos itens seguintes.

Quadro 3.1 – Ficha síntese de avaliação do processo de participação pública e dos resultados obtidos.

O QUE FOI FEITO:

Neste ponto foram descritas as tarefas empreendidas para o desenvolvimento do processo de participação pública da versão provisória do PGRH.

INDICADORES:

Foram desenvolvidos indicadores (p.e. n.º de inscritos nas sessões públicas) que permitem quantificar o desempenho deste processo e avaliar os resultados obtidos no âmbito dos mecanismos de participação implementados.





De modo a facilitar a leitura, e tornar a avaliação mais apelativa, essa informação foi, sempre que possível, apresentada sob a forma de gráficos e figuras.

RESULTADOS:

Foram analisados todos os contributos remetidos pelas seguintes vias:

- Email;
- PARTICIPA;
- Sessões de participação pública.

AVALIAÇÃO:

Com base na análise de todos os contributos recebidos, foi realizada uma avaliação quanto à sua incorporação na versão final do PGRH.

3.2. Divulgação e disponibilização de informação

O QUE FOI FEITO:

A. DIVULGAÇÃO

A divulgação do processo de participação pública da versão provisória do PGRH foi efetuada através do <u>site</u> da APA (<u>www.apambiente.pt</u>) e no Portal PARTICIPA (<u>http://participa.pt</u>) conforme ilustrado na Figura 3.2 e Figura 3.3.







Figura 3.2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH



Figura 3.3 – Página de Internet do PARTICIPA com indicação para o processo de participação pública da versão provisória do PGRH

Foi ainda efetuada divulgação via e-mail e em casos particulares, nomeadamente no que se e refere à divulgação da sessão setorial, foi enviado um convite, também via e-mail, para as entidades selecionadas.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação de suporte, constituída pelos seguintes documentos Figura 3.4) foi disponibilizada no <u>site</u> da APA e no Portal PARTICIPA:

- Parte 1 Enquadramento e Aspetos gerais
- Parte 2 Caracterização e Diagnóstico
- Parte 3 Análise Económica das Utilizações da Água
- Parte 4 Cenários Prospetivos
- Parte 5 Objetivos
- Parte 6 Programas de Medidas
- Parte 7 Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação
- Fichas de Massa de Água: Subterrânea e Superficial
- Documentos autónomos transversais às Regiões Hidrográficas do Continente:
 - Critérios para a Monitorização das Massas de Água





- O Critérios para a Classificação das Massas de Água
- o Critérios de Identificação e Designação de Massas de Água Fortemente Modificadas e Artificiais
- o Inventário de emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias, substâncias perigosas prioritárias, outros poluentes e poluentes específicos
- o Guia do Regime dos Caudais Ecológicos de Infraestruturas Hidráulicas (Anexo I e Anexo II)
- Resumo não Técnico

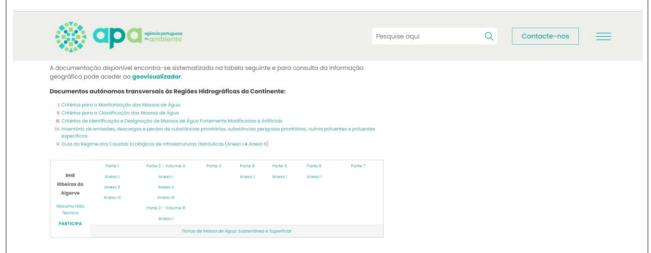


Figura 3.4 – Disponibilização de informação técnica no site da APA e no Portal Participa

Para o envio de contributos foi privilegiado o PARTICIPA e o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt.





INDICADORES:

A. DIVULGAÇÃO

Para avaliar o desempenho na divulgação do procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH consideram-se os seguintes indicadores:

- 1. Número de entidades contactadas;
- 2. Número de inscritos nos eventos realizados;
- 3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes;
- 4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados.

1. Número de entidades contactadas

Para a sessão regional, realizada em 7 de julho de 2022, foram convidadas cerca de 200 instituições, conforme detalhado no ponto 3.3.1.

Foram convidadas a participar na sessão setorial de âmbito nacional (16 de novembro de 2022) cerca de 170 instituições. Esta sessão setorial foi dividida em duas partes: no período da manhã com um cariz de âmbito nacional e no período da tarde dirigida a cada uma das RH. A caracterização das entidades contactadas é efetuada no ponto 3.3.2.

2. Número de inscritos nos eventos promovidos

Inscreveram-se na sessão regional (7 de julho de 2022) 52 entidades, cuja caracterização se efetua no ponto 3.4.

Na sessão setorial (16 de novembro de 2022) inscreveram-se 133 entidades.

3. Avaliação da divulgação das sessões pelos participantes

Através da aplicação do inquérito de satisfação efetuado após cada sessão de participação pública, respondido por 17 participantes, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.2. relativamente à Questão: "Existiu uma adequada divulgação da sessão?".

Quadro 3.2 – Avaliação da adequação de divulgação das sessões

Tipo de sessão	Avaliação		
Regional	4		
Setorial	3,74		
Média global			

 \hat{A} avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 - Concordo e 5 - Discordo.

No âmbito da informação facultada através da ficha de inscrição da sessão dinamizada no dia 7 de julho de 2022 e preenchida por 76 participantes, foi possível obter os resultados apresentados no Quadro 3.3, através da resposta à Questão: "Como tomou conhecimento deste evento?".

Quadro 3.3 – Avaliação da forma como os participantes tomaram conhecimento da sessão regional

E-mail Institucional (%)	Participação em outro evento (%)	Recomendação colega/amigo (%)	Site Institucional (%)	Comunicação social ou redes socias /outro(%)
87	-	5	7	1





4. Número de contributos recebidos através dos meios disponibilizados

Foram recebidos pela APA contributos de 16 entidades/cidadãos, 11 dos quais através da plataforma PARTICIPA, 1 por correio normal e 3 por correio eletrónico, cuja avaliação é detalhadamente apresentada no ponto 3.6. e respetivos anexos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

Para avaliar a informação técnica disponibilizada no procedimento de participação pública da versão provisória do PGRH, considerou-se o seguinte indicador, que consta da ficha de avaliação das sessões disponibilizada para o efeito.

1. Informação disponibilizada adequada

Nas fichas de avaliação disponibilizadas a todos os participantes e respondidas por 17, a Questão 4" A informação disponibilizada foi adequada" obteve os resultados apresentados no Quadro 3.4.

Quadro 3.4 – Avaliação da adequação da informação disponibilizada

Tipo de sessão	Avaliação
Regional	4,3
Setorial	3,62
Média global	

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 - Concordo e 5 - Discordo.

RESULTADOS:

A. DIVULGAÇÃO

Inscreveram-se na sessão regional promovida 52 entidades e foram convidadas para a sessão setorial cerca 170 instituições.

Foram recebidos contributos de 16 entidades/cidadãos.

B. DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:

A Questão "A informação disponibilizada foi adequada" integrada nas fichas de avaliação das sessões, teve um resultado médio de 4,3.

AVALIAÇÃO:

Da análise efetuada aos elementos apresentados pode concluir-se que:

 O processo de divulgação das sessões foi globalmente positivo, atendendo ao número de participantes envolvidos nas sessões, tendo ficado um pouco aquém das expetativas relativamente ao nº de contributos recebidos





 Segundo a avaliação efetuada pelos inquiridos que entregaram a ficha preenchida (17), pode considerar-se que, em termos gerais, a informação disponibilizada foi adequada.

3.3. Sessões de esclarecimento e consulta realizadas

3.3.1. Sessões regionais

O QUE FOI FEITO:

A APA, através do seu departamento de Administração de Região Hidrográfica do Algarve (ARH Algarve), em estreita articulação com o Departamento de Recursos Hídricos (DRH), promoveu no dia 7 de julho de 2022, em formato híbrido (presencial e *online*), a sessão de participação pública do PGRH das Ribeiras do Algarve.

As inscrições foram efetuadas através da disponibilização de um formulário *online* no *site* da APA, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I.

As apresentações efetuadas durante a sessão estão disponíveis no <u>site</u> da APA, sendo que o programa está ilustrado na Figura 3.5. e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentado no Anexo V.



Figura 3.5 – Programa da sessão pública regional da versão provisória do PGRH Ribeiras do Algarve

No final da sessão foi disponibilização um formulário *online* no *site* da APA, para avaliação da satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

INDICADORES:

Para avaliar as sessões regionais realizadas consideram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de satisfação realizado aos participantes:

- 1. A sessão foi esclarecedora
- 2. A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica
- 3. A sessão estimulou o debate e a interação entre participantes
- 4. Devem existir mais iniciativas semelhantes
- 5. Estou disposto(a) a participar noutra iniciativa com estas características

O Quadro 3.5. apresenta os resultados obtidos para a sessão.





Quadro 3.5 – Resultados do inq	uérito de satisfa	cão da	sessão regional

A sessão foi esclarecedora	A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica	A sessão estimulou o debate e a interação entre participantes	Devem existir mais iniciativas semelhantes	Estou disposto(a) a participar noutra iniciativa com estas características
4,2	4,5	4,2	4,7	4,6

A avaliação de cada sessão foi calculada através da média das respostas obtidas com base numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

RESULTADOS:

O inquérito efetuado aos participantes quanto à avaliação geral da sessão obteve resultados muito positivos.

Numa numa escala de 1-5, sendo 1 — Concordo e 5 — Discordo, todas as questões às sessões regionais obtiveram valores médios superiores a 4.

AVALIAÇÃO:

O balanço global da sessão regional é muito positivo. Os participantes consideraram que as sessões foram adequadas e úteis e estão interessados em participar em outras fases de consulta pública dos PGRH.

A modalidade de sessões em formato híbrido, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma boa alternativa que permitiu sessões bastante participadas.

3.3.2. Sessão com os setores

O QUE FOI FEITO:

A intervenção ativa das partes interessadas no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com especial relevo para os principais setores utilizadores dos recursos hídricos, é fundamental para o sucesso de todo o processo de planeamento.

Neste sentido, a APA realizou no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial *online* constituída por uma sessão plenária geral, seguida de três debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo) e finalizando com debates regionais paralelos por ARH.

Para esta sessão foram remetidos convites (Figura 3.6) por *e-mail* para cerca de 170 entidades, tendo as inscrições sido efetuadas através da disponibilização de um formulário *online*, com o conteúdo que se apresenta no Anexo I. Inscreveram-se 129 entidades (Anexo III).







Figura 3.6 – Convite da sessão de participação pública com os setores

No final da sessão foi disponibilizado um formulário *online* sobre satisfação dos participantes, cujo conteúdo se apresenta no Anexo IV.

As apresentações efetuadas durante esta sessão setorial, estão disponíveis no site da APA.

A lista de entidades inscritas é apresentada no Anexo III e o resumo dos principais temas abordados na sessão regional é apresentados no Anexo V.

INDICADORES:

Para avaliar a sessão com os setores, consideraram-se os indicadores que integram o formulário de avaliação da sessão, diferenciados para cada momento:

- Primeira parte da sessão referente à sessão plenária e aos debates setoriais;
- Segunda parte constituída pelas sessões paralelas a nível regional.

A - Sessão plenária e debates setoriais

- As sessões foram esclarecedoras;
- A moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate;
- A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia;
- Estou disposto a participar em outras iniciativas com estas características;

A Figura 3.7 apresenta os resultados obtidos para a sessão plenária e debates setoriais.





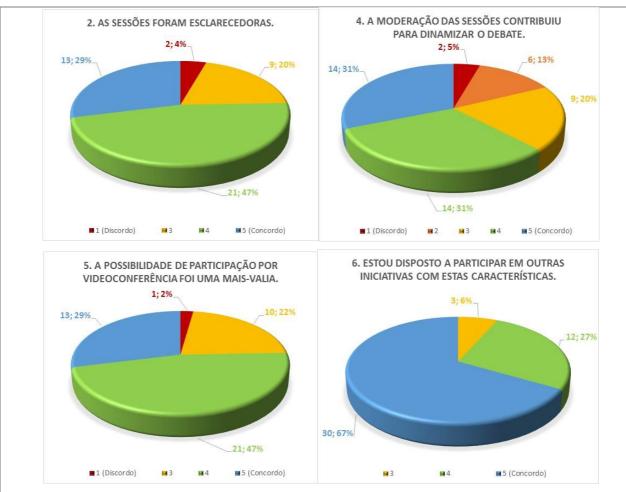


Figura 3.7 - Resultados da avaliação da Sessão plenária e debates setoriais

B - Debates regionais

- A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas:
- A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam;
- A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional;

A Figura 3.8 apresenta os resultados obtidos para os debates regionais (todas as RH).





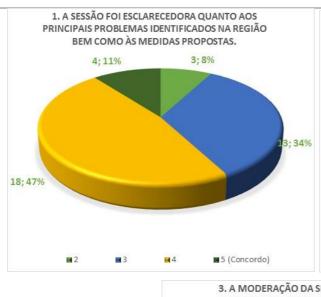






Figura 3.8 - Resultados da avaliação dos debates regionais

RESULTADOS:

No que se refere à primeira parte do evento, respeitante à <u>sessão plenária e debates setoriais</u>, as respostas ao formulário disponibilizado aos participantes indica que a maioria dos participantes considera que a sessão foi esclarecedora e que a moderação das sessões contribuiu para dinamizar o debate sendo que estas questões obtiveram valores médios superiores a 3,5 numa escala de 1-5, sendo 1 – Concordo e 5 – Discordo.

As questões "a possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia" e "estou disposto a participar em outras iniciativas com estas

AVALIAÇÃO:

O balanço global sobre a sessão com os setores é bastante positivo, a sessão foi considerada esclarecedora, a moderação adequada e a informação disponibilizada reflete o objetivo a que se destina.

A modalidade de sessões *online*, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma excelente alternativa que permitiu sessões bastante participadas.





características" obtiveram valores superiores a 4 em cerca de 69% e de 94%, respetivamente.

No que se refere aos <u>debates regionais</u>, cerca de 71% dos participantes classificou com a pontuação acima de 4 a questão: "A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam".

As questões sobre "a sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas" e "a moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional", obtiveram a classificação de 4 valores para 47% e 58% dos participantes, respetivamente.

3.4. Envolvimento do público

O QUE FOI FEITO:

O grande objetivo da APA foi promover a participação do maior número possível de interessados no processo de participação pública da versão provisória do PGRH, com particular enfoque na Administração central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não-governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.

Mais especificamente, foram "convidados" a ter um papel mais ativo neste processo:

- Organismos da administração pública com competências no setor da água;
- Organizações não-governamentais de ambiente (ONGA);
- Associações e organizações dos setores utilizadores da água;
- Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água.

A lista de participantes na sessão regional realizada é apresentada no Anexo II.

INDICADORES:

Para avaliar o público envolvido na sessão regional, consideraram-se os seguintes indicadores, que integraram o formulário de inscrição utilizada para o efeito:

- 1. Forma de participação;
- 2. Natureza da entidade representada.

1. Forma de participação

Através do preenchimento do campo "Participa nesta sessão: A título individual ou em representação de uma entidade /organização" e "Qual o modo de participar na sessão: Presencial/videoconferência", incluídas na ficha de inscrição da sessão, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 3.6 para os 76 participantes.





Quadro 3.6 - Forma de participação nas sessões

Presencial (%) /Online (%)	A título individual (%)	Em representação de uma entidade /organização (%)		
35% / 65%	17%	83%		

2. Natureza da entidade representada

O Quadro 3.7 sistematiza os resultados obtidos, através do tratamento dos dados da ficha de inscrição, no que diz respeito à natureza das 52 entidades representadas.

Quadro 3.7 - Natureza da entidade representada

Administração central/regional (%)	Administração local (%)	Associações profissionais (%)	Empresas (%)	Instituições de ensino/ investigação (%)	ONGA (%)	Outras (%)
19,2	15,4	13,5	15,4	3,8	5,8	26,9

RESULTADOS:

De um total de 76 participantes, o modo de participação online registou uma adesão de 65%, substancialmente superior à participação presencial na ordem dos 35%.

Relativamente ao tipo de participação, verificou-se que 85% representavam uma entidade ou organização e 15% estiveram presentes a título individual.

Quanto à natureza das 52 entidades representadas, 19,2% pertenciam à Administração central/regional, 25, 4% à Administração Local. 13,5% às Associações Profissionais, 15,4% às Empresas, 3,8% às Instituições de ensino/investigação, 5,8% às ONGA e 26,9% a Outras.

AVALIAÇÃO:

Relativamente à forma de participação, verificou-se a preferência pelo modo on-line, considerando-se que esta alternativa permitiu uma maior adesão à sessão.

Salienta-se igualmente que a maior parte dos participantes encontravam-se em representação de entidades ou organizações.

No que respeita às entidades representadas verifica-se o predomínio da Administração Central, Regional e Local, que envolveu quase metade dos participantes na sessão.

Verificou-se igualmente o interesse das Associações Profissionais e das Empresas, face ao nº de participantes.

É ainda de referir o considerável nº de cidadãos que participaram a título individual, correspondente a 13 num universo de 14 participações na categoria "Outras". Nesta categoria foi integrada a participação de um único órgão de comunicação social, apesar da divulgação nos *media* da Região, o que denota um fraco interesse por esta matéria.





3.5. Contributos recebidos e análise

O QUE FOI FEITO:

Os contributos do público nos processos de participação pública são a chave para compreender se as metodologias adotadas foram corretas, se a informação disponibilizada transmitiu eficazmente o que se pretendia e se os interessados se revêm na mensagem transmitida. O envolvimento dos interessados é o ponto de partida para o sucesso do processo de planeamento da DQA.

Neste sentido, foi disponibilizado para o envio de contributos o endereço de e-mail pgrh@apambiente.pt e o site do PARTICIPA

INDICADORES:

A. CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES DURANTE AS SESSÕES PÚBLICAS

No decurso das sessões públicas realizadas foi concedido um período de apresentação de questões, dúvidas e sugestões por parte dos participantes. As notas referentes aos assuntos debatidos em cada sessão, incluindo as respostas e os esclarecimentos prestados, são apresentados no Anexo V.

B. E-MAIL E PORTAL PARTICIPA

Foram recebidos no e-mail institucional disponibilizado para o efeito e no portal PARTICIPA, os contributos apresentados no Quadro 3.8. A análise formal da sua integração na versão final do PGRH bem como as respetivas justificações encontram-se detalhados no Anexo VI.

Alguns pareceres elencavam contributos no âmbito do Plano de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI), os quais não foram considerados no PGRH, tendo sido analisados em sede de PGRI.

Quadro 3.8 - Listagem dos contributos recebidos por E-mail e no portal participa

Identificação do participante	Tipo
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	PARTICIPA
Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	PARTICIPA
Amanda McGregor	PARTICIPA
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal	PARTICIPA
Cláudia Monteiro	PARTICIPA
DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional	E-mail
DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	E-mail
Diana Fernandes	PARTICIPA
Direção Geral do Património Cultural	Correio
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	PARTICIPA
EDP Labelec	PARTICIPA
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos	E-mail
FENAREG – Federação Nacional de Regantes de Portugal	PARTICIPA
Joseph Martin Scott	PARTICIPA





-	Turismo de Portugal, IP	PARTICIPA	
2	ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável	PARTICIPA	

Refira-se ainda que no processo de Avaliação Ambiental Estratégica, no âmbito da consulta pública do Relatório Ambiental, foram recebidos contributos que visavam também o PGRH. As respetivas respostas foram tratadas no âmbito do referido processo, sendo que as sugestões com enquadramento no PGRH foram devidamente integradas nos documentos.

RESULTADOS:

Foram recebidos via E-mail, PARTICIPA e Correio contributos de 16 entidades/particulares.

AVALIAÇÃO:

O nº reduzido de contributos recebidos (16), no âmbito da participação pública da versão provisória do PGRH das Ribeiras do Algarve, mostra que é necessário um maior investimento na divulgação do Plano e no trabalho conjunto com as entidades e associações.

A maioria dos contributos foram disponibilizados na plataforma PARTICIPA. No que respeita ao tipo de participante, destacam-se os organismos da Administração Central, sendo também significativo o nº de contributos enviados por particulares.

Os contributos recebidos estavam todos dentro do âmbito e evidenciaram um conhecimento aceitável da informação disponibilizada, embora alguns referissem aspetos que não têm enquadramento e ou se encontram devidamente abordados nos documentos.

Na sequência da análise dos vários contributos, procedeu-se à identificação das matérias que serão integradas ou corrigidas na versão final do Plano.





3.6. Avaliação global

O balanço global das sessões (regional e setorial) foi positivo. Os participantes consideraram que as sessões foram adequadas e úteis e estão interessados em participar em outras fases de consulta pública dos PGRH.

A modalidade de sessões em formato híbrido, consequência das circunstâncias pandémicas que o país atravessou, revelou-se uma boa alternativa, tendo permitido uma maior participação.

Salienta-se que a maior parte dos participantes nas sessões encontravam-se em representação de entidades ou organizações, com o predomínio da Administração Central, Regional e Local. Verificou-se igualmente o interesse das Associações Profissionais, das Empresas e de cidadãos a título individual, face ao número de participantes.

Apesar da divulgação nos *media* da Região, apenas esteve presente um único órgão de comunicação social, o que denota um fraco interesse por esta matéria.

Quanto aos contributos recebidos, na sua maioria disponibilizados na plataforma PARTICIPA, constatou-se que é necessário um maior investimento na divulgação do Plano e no trabalho conjunto com as entidades e associações.

No que respeita ao tipo de participante, destacam-se os organismos da Administração Central, sendo também significativo o número de contributos enviados por particulares.

Os contributos recebidos estavam todos dentro do âmbito e evidenciaram um conhecimento aceitável da informação disponibilizada, embora alguns referissem aspetos que não têm enquadramento e/ou se encontram devidamente abordados nos documentos.

Na sequência da análise efetuada, que consta do Anexo VI, procedeu-se à identificação das matérias integradas ou corrigidas na versão final do Plano.







A identificação dos pontos fracos e fortes deste processo de participação pública assim como das ameaças e das oportunidades existentes constitui uma mais-valia importante para os futuros procedimentos de participação pública a promover pela APA.

Neste contexto o Quadro 4.1 apresenta a análise SWOT desenvolvida neste âmbito.

Quadro 4.1 – Análise SWOT do processo de participação pública

Pontos fracos	Ameaças
Pouca experiência da Administração Pública na promoção de Processos de Participação Pública dos PGRH	Falta de recursos humanos, financeiros e logísticos, vocacionados e direcionados para a implementação do processo de Participação Pública
Processo de mobilização da população para a participação pública é pouco atrativo	Abordagem de questões macro e demasiado técnica afasta participantes que pretendem expor/resolver questões particulares ou muito específicas
Processo muito direcionado ao setor público (Administração Central, Regional e Local)	Linguagem muito técnica
Pontos fortes	Oportunidades
Divulgação de informação nos vários canais/plataformas existentes, em particular no PARTICIPA, assegura a transmissão e disseminação do conhecimento	Aumentar o conhecimento partilhado dos problemas ambientais e do papel dos vários agentes na gestão da água
Envolvimento ativo de entidades e cidadãos nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de ações	Promover processos de tomada de decisão mais sustentados, diminuindo os conflitos por desconhecimento ou falta de informação e procurar consensos
Partilha de responsabilidades entre setores/ Administração	Promover a liberdade de expressão, a democracia participativa e a responsabilização das entidades e cidadãos
Capacidade tecnológica para os novos desafios provocados pela pandemia	Dar continuidade às sessões públicas <i>online</i> e implementar novas formas de participação pública, nomeadamente através das redes sociais

Numa análise global, pode concluir-se que este procedimento de participação pública foi positivo, salientando-se o interesse crescente, ao longo dos vários ciclos de planeamento, das entidades da administração central/local e dos setores, bem como da sociedade civil em geral.

Existe no entanto, ainda, um longo caminho a percorrer que assenta em três pontos essenciais:

- Necessidade de recursos humanos especializados em participação pública dentro da administração a trabalhar em exclusividade nestas matérias;
- Necessidade de recursos financeiros alocados especificamente à temática da participação pública, uma vez que os montantes necessários não são menosprezáveis;
- Necessidade de meios de divulgação e de comunicação mais eficazes junto da sociedade civil.







ANEXO I - Ficha de inscrição nas sessões de participação pública

Ficha de inscrição online para participação na sessão pública regional

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027

Versão provisória do PGRH RH8 – Sessão Regional

7.Jul.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível

Qual o modo de participar na sessão?		
Presencial		
Videoconferência 🗌		
2. Nome	_	
3. E-mail	_	
4. Concelho de residência:		
5. Participa nesta sessão:		
A título individual		
Em representação de uma entidade /organização		
Nome da organização/entidade		
6. Como tomou conhecimento deste evento?		
Site Institucional		
E-mail Institucional		
Comunicação social		
Participação em outro evento		
Recomendação de colega/ amigo		
Redes Sociais		
Outro Qual?		
Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de pa	rticipação	
pública da 3ª fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica		





Ficha de inscrição para participação na sessão online com os setores

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.º Ciclo de Planeamento | 2022-2027

Versão provisória do PGRH - Sessão com os setores

16.Nov.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA disponível

1.	Nome	
2.	E-mail	
3.	Concelho de residência:	
ŀ.	Participa nesta sessão:	
	A título individual	
	Em representação de uma entidade /organização	
	Nome da organização/entidade	
5.	Qual a sessão regional a que pretende assistir?	
	PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Norte	
	PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro	
	PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e Ribeiras do Oeste	
	PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo	
	PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve	
púl	Aceito que os meus dados sejam tratados para fins estatísticos no âmbito dos relatórios de participação Dica da 3ª fase da elaboração dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica	





ANEXO II - Presenças na sessão pública regional

Participante/Entidade
Sofia Cabanita/APA – ARH Algarve
Elisa Maria de Jesus da Silva/Delegação Distrital de Faro da Ordem dos Engenheiros
Diana Cordeiro/FENAREG
Rodrigo Gonzalez dos Paços/Departamento Marítimo do Sul
Nelson José Cavaco Baltazar/Guarda Nacional Republicana
Vítor Neto/NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve
André Cardoso de Morais/Departamento Marítimo do Sul
António Paulo Jacinto Eusébio/Águas do Algarve S.A
Leonor Silva/APA – ARH Centro
Margarida Monte/ERSAR
Cecília Alexandre/ERSAR
Carina Coelho/ANEPC – CREPC Algarve
Abel Gomes/ ANEPC – CREPC Algarve
Helga Cabrita/Individual
Alexandra Sena/ CCDR Algarve
Pedro Miguel Guerreiro/Individual
Igor Miguel Gonçalves Madeira/AdVRSA - Águas de Vila Real de Santo António, S.A.
Maria João São Braz/Individual
Nelson Silveira/Individual
Eduardo Martins/Viveiros Monterosa, Lda.
António Marreiros/Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor
Ana Rita Ferreira/AdP Valor
Helder Ferreira/Individual
Pedro Silvestre/Salgados Golfe
Pedro Barros/Direção-Geral do Património Cultural
David Silva/CM Loulé
Lídia Terra/CM Loulé
Sofia Dornellas/Águas de Portugal
Joana Filipe/About Media
Diogo Infante Uva Sancho/FAGAR - Faro, Gestão de Águas e Resíduos, E.M.
José Gonçalves/Direção-Geral do Património Cultural (CNANS)
Jose Matias/CNIG - Conselho nacional da Industria do Golfe
Filipe Cunha/CM Faro
Vânia Serrão Sousa/Universidade do Algarve
António Paulo Jacinto Eusébio/Águas do Algarve SA
Luís Palma/Associação Almargem
Telma Cristina Gonçalves Farinha/CM Portimão
Filipe Bally/CM Portimão

Paulo Pinheiro/Individual





Participante/Entidade
Paulo Reis/CM Lagos
Rui Miguel Correia Pontes Santos/CM Silves
Paulo Jorge Batalha Lopes Azevedo/CM Albufeira
Ana Paula Saraiva Claro/CM Albufeira
Andreia Cópio Ribeiro/CM Albufeira
Jaquelina Palma Teixeira Ventura/CM Albufeira
Edgar José Figueiredo/Associação Almargem
José Carlos Tomás/DRAP Algarve
Jaime Costa/Tavira Verde EM
Maria Isabel Soares/Águas do Algarve SA
Hugo Miguel Nunes/ Águas do Algarve SA
Simone Martins/APA
José Martins de Oliveira/AlgarOrange
Jorge Isidoro/Individual
Pedro Monteiro/DRAP Algarve
Manuel da Silva Costa/Associação Almargem
Vítor Aleixo/CM Loulé
Rosa Guedes/PAS - plataforma Água Sustentável
António Pereira/CM Castro Marim
Carlos Monge/CM Castro Marim
José Vitorino/ALGFUTURO – União Empresarial do Algarve
Mário Viegas/CM Albufeira
Vanda Palma/CM Vila Real de Santo António
Sónia Gil/CM Monchique
Lia de Barros/APA
Nuno Alves/APA – ARH do Algarve
Fernanda Gomes/APA
Carmen Silva/CM Vila do Bispo
Dulce Nascimento/CM Lagoa
Horácio Carvalho/CM Loulé
Emerson Gomes/ SMPC Vila do Bispo - Coordenador Municipal da Proteção Civil
Marlene Santos/ APA – ARH do Algarve
Ana Sofia Nunes/ APA – ARH do Algarve
Marques Afonso/ APA – ARH do Algarve
Paula Noronha/ APA – ARH do Algarve
Zélia Martins/ APA – ARH do Algarve
Paula Garcia/APA – ARH Centro
Zaida Espírito Santo/CM Olhão – GAL Sotavento
Alexandra Silva/Entidade não Identificada
Fortnite/Entidade não Identificada
Bruno Gonçalves/Entidade não Identificada

Gonçalo Duarte Gomes/ APA – ARH do Algarve





Participante/Entidade	
Catarina Figueira/CM Vila do Bispo	
Ana Costa/Entidade não Identificada	
Pedro Francisco/Entidade não Identificada	
Miguel Francisco/CM Monchique	





ANEXO III - Entidades inscritas na sessão com os setores

ENTIDADES INSCRITAS
ADENE
AdP Valor
ADVID
AdVT
AEP
AEPSA
Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos, EM
AGROTEJO
Águas da Figueira, S.A.
AdP - Águas de Portugal, S.A
Águas do Algarve, S.A.
Águas do Alto Alentejo, E.I.M., S.A.
Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.
Águas do Centro Litoral, S.A.
Águas do Ribatejo
Águas e Energia do Porto, EM
Águas Públicas do Alentejo, S.A.
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANEPC - CDOS Beja
ANEPC - CDOS de Braga
ANEPC - CDOS de Vila Real
ANEPC - CDOS Porto
ANEPC - CDOS SANTARÉM
ANEPC - CREPC Algarve
ANEPC - CREPC Norte
ANP WWF Portugal
APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas
APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela
APESB - Associação Portuguesa De Engenharia Sanitária E Ambiental
APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.
APL, SA – Administração do Porto de Lisboa
APPITAD - Associação dos Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro
APS, S.A Administração dos Portos de Sines e do Algarve
APSS, SA Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra
AQUALOGUS, Engenharia e Ambiente, Lda.
ARBVLIS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis
Arneiros de Almeirim
Associação Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira





ENTIDADES INSCRITAS
Associação Beneficiários do Roxo
Associação de Agricultores do Ribatejo
Associação de Beneficiários Baixo Mondego
Associação de Beneficiários da Cela
Associação de Beneficiários de Loures
Associação de Beneficiários do Lucefecit
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho da Guarda
Associação de Criadores de Ruminantes do Concelho o Sabugal
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga
Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor
Associação dos Agricultores do Ribatejo
Associação dos Beneficiários da Cova da Beira
Associação dos Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve - ABPRSA
Associação dos Produtores Agrícolas de Sobrena (APAS)
Associação Turismo do Algarve
AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela
Bovisul
Câmara Municipal da Golegã
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Marco de Canaveses
Câmara Municipal de Matosinhos
Câmara Municipal do Porto - SMPC
CAMPOTEC - Comercialização e Consultadoria em Hortofrutícolas, SA
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CAP CIR TM
CCDR Algarve
CCDR LVT
CCDR Norte
Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR)
CGA Terra Viva
CGEAEDCOA
CGEAV
Comunidade Intermunicipal do Cávado
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra
Câmara Municipal de Mora
Comando Territorial de Faro da GNR
Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso





ENT			

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Confederação do Turismo de Portugal

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - DRAPAlg

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro - DRAPC

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte - DRAPN

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

EDP Gestão da Produção de Energia, SA

EPAL, SA

ERSAR

Esposende Ambiente, EM

FAGAR, E.M.

Federação Portuguesa de Golfe

FENAREG

Fluviário de Mora

FRUTOESTE, CRL

GEOTA

GNR/SEPNA

GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

IAPMEI

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

INOVA-EM

ISEG U. Lisboa

LNEG, IP

LPN – Liga para a Proteção da Natureza

Município de Amarante/Serv. Mun. P. Civil

Município de Paços de Ferreira

PantherCapacity Consultoria Unipessoal, Lda.

Primohorta, Lda

Proteger Grândola- Associação de Proteção do Ambiente

proTEJO - Movimento pelo Tejo

Provape CRL

Região de Turismo do Algarve

Revista Ecossocialismo

S2AquaCoLab

Serviço Municipal de Proteção Civil da Maia

Serviço Municipal de Proteção Civil do Porto

SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas

SMAS Almada





ENTIDADES INSCRITAS
SMPC - Município de Vila Nova de Gaia
Título individual
Universidade de Aveiro
Universidade de Coimbra
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Universidade do Algarve
Universidade Nova de Lisboa





ANEXO IV - Fichas de avaliação da sessão regional de participação pública

SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DO PGRH DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (RH8)

FICHA DE AVALIAÇÃO

Biblioteca Municipal de Faro

7. Julho.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica. O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da

APA, disponível em https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais.

		(discordo)		(concordo)		
		1	2	3	4	5
1. H	Houve uma adequada divulgação da sessão					
2. /	A informação disponibilizada foi adequada e suficiente					
3. /	A sessão foi esclarecedora					
4. /	A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica					
	A sessão estimulou o debate e a interação entre participantes					
6. [Devem existir mais iniciativas semelhantes					
	Estou disposto(a) a participar em outras iniciativas com estas características					
uestões	s/Sugestões					
			~			
	OBRIGADO PELA SUA COLA	BORAÇ	AO!			





SESSÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA VERSÃO PROVISÓRIA DOS PGRH – SESSÃO COM OS SETORES

FICHA DE AVALIAÇÃO

16.novembro.2022

A informação recolhida destina-se a efeitos estatísticos de apoio à elaboração do relatório de participação pública da versão provisória do Plano de Gestão de Região Hidrográfica.

O tratamento dos dados será feito de acordo com a Política de Privacidade e Proteção de Dados da APA, disponível em https://apambiente.pt/apa/protecao-de-dados-pessoais.

	o(ões) assistiu?					
Sessão plenária	3					
Sessão plenária	a + debates setoriais					
Sessão plenária	a + debates setoriais + sessão regional					
Debates setoria	ais 🗌					
Sessão regiona	1					
(Assinale com	X o seu grau de concordância com as afirmações se	guintes) (disco			(con	ordo)
		(uisco	uoj		(concordo)	
		1	2	3	4	5
1. Existiu	uma adequada divulgação da sessão					
2. As sess	ões foram esclarecedoras					
3. A infor	mação disponibilizada foi adequada					
4. A mode debate	eração da sessão contribuiu para dinamizar o					
5. A possi	bilidade de participação de forma presencial ou por onferência é uma mais-valia					





SESSAO DE PARTICIPAÇAO PUBLICA DA V PGRH – SESSÃO COM OS			VISOR	IA DO	5	
PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Centro						
PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Tejo e R	 ibeiras o	do Oeste				
PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Alentejo						
PGRH e articulação com os planos setoriais na região do Algarve						
Assinale com X o seu grau de concordância com as afirmações segu	uintes)					
	(disco	rdo)		(cond	(concordo)	
	1	2	3	4	5	
A sessão foi esclarecedora quanto aos principais problemas identificados na região bem como às medidas propostas.						
 A documentação e o geovisualizador de suporte à proposta de PGRH, disponíveis no site da APA, refletem o objetivo a que se destinam. 						
 A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate e incidiu nas principais questões (problemas e medidas) a dirimir a nível regional. 						
A possibilidade de participação por videoconferência foi uma mais-valia.						
ama mais vana.						





ANEXO V - Notas da sessão pública e da sessão setorial

SESSÃO REGIONAL

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FARO - 7 de julho de 2022

Esta Sessão decorreu num formato misto, ou seja, presencial e com recurso a meios telemáticos e iniciou-se com uma apresentação sucinta da versão provisória do PGRH da RH8, abordando os seguintes temas:

- Enquadramento e aspetos gerais
- Caracterização e diagnóstico
- Análise económica das utilizações da água
- Cenários prospetivos
- Objetivos
- Programas de medidas

Seguidamente, expõem-se, em síntese, as questões, comentários e esclarecimentos que ocorreram no período destinado ao debate:

Câmara Municipal de Faro - Vereadora, Arqtª Sophie Matias

Referiu que na Câmara Municipal de Faro existe uma grande preocupação relativamente à falta de água, pelo que é essencial criar um território mais sustentável do ponto de vista da energia, da água e de outros recursos naturais.

As câmaras municipais têm feito um grande esforço ao nível da redução das perdas de água no abastecimento municipal, no entanto, o investimento tem custos avultados, o que, por vezes, inviabiliza uma concretização mais célere.

É também objetivo trabalhar no sentido de reutilizar as águas cinzentas, sendo essencial sensibilizar para essa utilização. A reutilização das águas das ETAR é fundamental.

Comentou o desperdício no uso de água potável na lavagem dos veículos automóveis e nas descargas dos equipamentos dos autoclismos das habitações. Salientou que é necessário um grande investimento, no sentido de melhorar o sistema de abastecimento nas diferentes origens, pelo que o PRR deve ser aproveitado.

Universidade do Algarve - Secretário do Conselho da Região Hidrográfica do Algarve, José Paulo Monteiro

Considerou que o PGRH da RH8 (3º ciclo) é muito útil, pois coloca na mesma posição qualquer região e país da União Europeia, cada um com a sua estratégia de implementação e, como as suas respetivas exigências.

Trata-se de um documento com muita informação, de teor muito útil e minucioso.

Para além da consulta deste Plano no âmbito da Participação Pública, sugeriu que os presentes consultassem a Diretiva Quadro da Água que dá origem a todo este trabalho.





Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - Diretor Regional, Pedro Monteiro

Proferiu que a DRAP Algarve vai apresentar o seu contributo através do Portal do Participa. Não obstante, entendeu oportuno colocar um conjunto de dúvidas / comentários:

- A que período se refere os dados apresentados de diagnóstico dos estados quantitativos e qualitativos, relacionados com as pressões.
- A ausência de um quadro comparativo, com os dados do ciclo anterior, para aferir se a situação piorou e/ou melhorou relativamente aos indicadores qualitativos e quantitativos.
- As origens difusas da poluição por azoto e fósforo estão identificadas na agricultura, golfe etc., contudo essas origens não estão associadas às fossas sépticas das habitações, como se esperaria.
- Os valores para a componente agrícola apresentados são uma estimativa, tendo por base os títulos de utilização de recursos hídricos, não permitindo diferenciar o que é de sequeiro ou de regadio.
 Atendendo a consumos de água bem distintos, essa informação seria bastante proveitosa.
- São utilizadas tabelas de referência que não deviam ser aplicadas, considerando-se incorreto o uso desses valores. O índice de escassez apontado demonstrou que existem fortes limitações das utilizações por parte da agricultura, existe pouca fidedignidade nos dados que estão a ser disponibilizados.

Câmara Municipal de Faro - Vereadora, Arqtª Sophie Matias

Explanou que os municípios encontram-se a realizar as revisões dos PDM e que, relativamente aos espaços verdes, vão usar plantas que recorrem à utilização de menos recursos hídricos. Solicitou o envio de documentos que a APA/ARH considerar pertinentes, com elementos a introduzir na revisão do Plano Diretor Municipal de Faro, por forma a melhorar a utilização dos recursos hídricos.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - Diretor de Serviços de Desenvolvimento, José Tomas Relembrou o Plano de Eficiência Hídrica, tendo concluído que, depois de realizar as respetivas contabilizações, os consumos da RH8 são inferiores aos da RH7.

Agência Portuguesa do Ambiente - Chefe de Divisão, DRH - DPGA (Divisão de Planeamento e Gestão da Água), Fernanda Gomes

Iniciou a sua intervenção referindo que, em relação às questões das pressões, foram estimadas pressões urbanas e industriais, as cargas e a agricultura e, para a utilização das águas difusas, existem estudos concluídos, outros em curso, para verificar as várias hipóteses do uso.

As pressões de quantidade foram calculadas e estudadas para os dois setores, agricultura e urbano.

Contudo, na parte da agricultura, os dados que existem não são suficientes para o efeito. O recenseamento agrícola de 2019 (pós 2018) é um levantamento exaustivo que é realizado de 10 em 10 anos.

Frisou que se existirem melhores dados, os mesmos devem ser facultados.

A tabela oficial que se encontra na plataforma eletrónica da DGADR foi consultada e utilizada. A necessidade de estimar as necessidades de água, tendo em conta os estudos hidroagrícolas coletivos não são suficientes, visto que se verifica muitos usos da água por produtores agrícolas que não têm forma de ser contabilizados.





O estudo do Prof. Rodrigo Oliveira foi, um estudo, contratado pela APA, incorporado nos PGRH, em que as pressões têm como ano de referência 2018.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Reforçou que as estimativas já foram feitas, mas não se coloca a tónica do "tão pouco fidedigna". A fiabilidade dos dados das pressões é bastante alta. A análise do território baseada em ortofotomapas constitui uma alternativa aceitável, dado que não se dispõem de valores reais, sendo essencial que o setor agrícola reporte os seus dados de consumo, para melhorar essas estimativas.

Salientou que a poluição difusa é uma questão que está em constante estudo. Existe muita pressão sob as águas subterrâneas que são o recurso mais nobre. As redes públicas estão executadas e instaladas, mas a adesão por parte dos particulares não é efetuada. A ligação à rede pública permitirá diminuir as utilizações das fossas sépticas e consequentemente reduzir a poluição difusa nos solos.

A rede hidrográfica é uma matéria que também constitui competência dos Municípios. Importará melhorar a sua identificação. Para a cartografia homologada, a coordenação com a DGT é essencial, tendo a APA apelado para um foco nesta matéria.

APA/ARH Algarve - Técnica Superior da Divisão de Planeamento e Informação, Conceição Gago

Realçou que as massas de água subterrâneas no seu estado quantitativo e químico pioraram e a sua evolução do 2.º para o 3.º ciclo é significativa e podem ser verificadas no documento.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - Diretor de Serviços de Desenvolvimento, José Tomas Referiu que o consumo urbano *per capita* de situações quantitativas é superior na RH7 face à RH8.

Participante presente na Sala da Sessão

Evidenciou a sua preocupação relativamente aos recursos hídricos. As águas subterrâneas têm um ciclo e caminham para um estado de escassez muito grave, implicando prudência quanto à utilização dos reservatórios. Por vezes, o uso da recarga anual média conseguirá atingir o efeito desejado, podendo ser duplicado e triplicado, visto que os aquíferos podem ser uma boa solução de utilização/reutilização. A agricultura é o principal utilizador da água, mas podem ter acesso a água com outras origens, como através dos aquíferos, etc..

Universidade do Algarve - Rosa Vieira Guedes

Sendo a agricultura o maior consumidor e se estamos com escassez de água, então deveríamos atuar nos seus consumos ao nível da quantidade. Quanto à qualidade, é necessário averiguar a questão das fossas sépticas.

Se todos os estudos da Gulbenkian indicam que o maior consumidor de água em Portugal é o setor agrícola, a substituição de estimativas por dados objetivos, pode resultar uma realidade mais gravosa. As medidas a serem aplicadas são as adequadas, no entanto existe esse desconhecimento no gasto na agricultura que se torna necessário auferir, como por exemplo ao nível dos agricultores particulares, etc...





Por outro lado, deve ser tida em conta a justiça social. Havendo contadores urbanos colocados nas habitações do cidadão comum, não há possibilidade de "fugir" ao pagamento da água. Na agricultura, essa fiscalização não ocorre, não sendo possível verificar se todos os produtores têm contadores nas suas produções agrícolas. Se este problema está identificado por diferentes investigadores, e não só pelas entidades oficiais, é importante agir para que todos reportem os consumos de água.

Assim, podem ser consideradas medidas que visem promover uma maior monitorização e a execução de novos estudos para se verificar os consumos, tendo como primordial objetivo uma maior sensibilização nas contagens dos consumos da água e se, relativamente ao setor agrícola, os indicadores são justos em comparação com os associados ao consumo e qualidade da água.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Quanto às captações, volumes captados, se formos captar água de Odeleite e Beliche, as pressões sobre o recurso de captação é feita na RH7 de Beliche, o valor das pressões está nessa RH. A zona sul de Faro e de Vila Real de Santo António está na RH8, pelo que os cálculos podem ser feitos separadamente.

O Plano da Eficiência Hídrica faz referência a toda a região do Algarve porque é um Plano para toda a região.

Agência Portuguesa do Ambiente - Chefe de Divisão, DRH - DPGA (Divisão de Planeamento e Gestão da Água), Fernanda Gomes

As capitações estão na parte 3 do PGRH. A capacitação é baseada na informação da ERSAR 2014-2017, em que, em 2017, os dados de referência na RH8 são 350 litros/habitante/dia e na RH7 224 litros/habitante/dia, em termos de capitação de água, doméstica e urbana. A água do sistema Odeleite/Beliche é da RH7. Quanto aos valores de capitação que temos nos Planos, o valor da RH8 é superior ao constante na RH7. Estas capitações estão também relacionadas com a população residente e a população flutuante (turistas e residentes de segunda habitação, entre outros).

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Os valores da agricultura neste PGRH, comparativamente com os anteriores ciclos de planeamento, são inferiores. Existem dados interessantes que podem justificar a evolução no desempenho e referir que temos confiança na estimativa aqui explanada.

Estamos a colocar os valores médios da DGADR por cultura.

Quanto à previsão da execução das medidas, não existe previsão fixa, estão em curso, todos os agentes que participam estão a trabalhar, apreciar e avaliar, entre todos os setores. As medidas têm de ser dirigidas às massas de água que queremos recuperar, umas medidas são de âmbito nacional e outras medidas são de índole mais regional.

Relativamente às massas de água subterrâneas identificadas a "vermelho", salienta-se que essas massas de água encontram-se em risco, com pressões significativas desde 2015. Anomalias na precipitação têm influenciado as recargas das massas de água. Estamos a reforçar a monitorização, por forma a reduzir as perdas. Existem medidas que vão ter alguma causa efeito para garantir a sustentabilidade das massas de água subterrânea, o PRR vai contribuir para o aumento da quantidade das massas de água.





Universidade do Algarve - Representante dos Reitores Universidades Portuguesas, Jorge Isidoro

É uma evidência que as alterações climáticas são um fator dominante. É igualmente uma realidade que o uso doméstico da água no consumo humano é bastante grande, mas também é verdade que as percentagens de perdas de água são bastante significativas e que a água tratada é perdida.

Proferiu que quando se pensa em água tratada para reutilização é necessário obter mais informação sobre o preço por metro cúbico para algumas utilizações. Salientou que a passagem de uma rede de água potável para uma rede de água não potável, pode trazer riscos para a saúde humana/pública, sendo por isso um problema complexo.

Mais destacou que a Região do Algarve tem de falar das alterações climáticas, são muitos anos secos consecutivos, logo não existe a reposição desejada. Assim a médio/longo prazo, existe muito para fazer pelas entidades que trabalham e executam estas matérias.

Centro Ciências do Mar - Pedro Guerreiro

Falou-se muito da utilização da água, sendo a água superficial importante para manter as caraterísticas desta Região. Existem algumas medidas importantes como a conservação dos cursos de água e o Voluntariado Ambiental para a Água na contenção e propagação das exóticas, entre outros. Considerou que existe alguma falta de coordenação relativamente às duas massas de água, superficial e subterrânea.

A renaturalização destes cursos de água devia ser feita neste Plano, não tendo identificado melhorias para os cursos de água, uma das razões para o decréscimo da qualidade das águas, tem a ver com a questão subaquática. É importante combater as exóticas, fazer a manutenção das espécies que são as mais adequadas manter e/ou existirem em determinado local.

Questionou que medidas para proteção estão previstas no PRR para a contenção e controlo das exóticas e para o Voluntariado Ambiental para a Água.

Câmara Municipal de Loulé - Vereador, Carlos Carmo

As linhas de água no concelho de Loulé estão a ser monitorizadas e limpas, temos realizado ações de sensibilização com as crianças por forma a passar a informação sobre a problemática das espécies invasoras nos cursos de água e os trabalhos em curso para a sua solução.

Estão previstas ações para a retirada de uma conduta, dentro da parte coberta que atravessa uma parte de Loulé que vão ser deslocadas para outro local. Está a ser feito um açude para a criação de uma reserva natural (da Franqueada à Freguesia de Quarteira).

Existem ações de voluntariado mas não são suficientes para solucionar as questões de fundo e necessárias.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

A questão da procura foi discutida no Plano de Eficiência Hídrica que permitiu começar a mudar a Região na perspetiva de outros usos, contenções e cuidados com o recurso hídrico. São 3,2 milhões de euros que estão concluídos em termos de execução.

No âmbito do PRR, existem medidas de controlo, nomeadamente das perdas, que se encontram em curso, onde subsistem valores para executar no setor urbano, no sentido de melhorar o uso da água e diminuir as





perdas reais. Deverá existir uma análise mais específica dentro da entidade gestora para avaliar a gestão da água de forma a ser mais eficiente, especialmente, nas zonas mais críticas.

Estão inscritas no PRR verbas avultadas para melhorar a Eficiência Hídria na Região, procurando novas origens da água, trabalhando nas reduções de perdas e, outras medidas de resiliência, tais como o uso do volume morto da albufeira de Odeleite, medidas para agricultura, ...

A ApR também está incluída no âmbito do PRR, sendo conduzida pela entidade Águas do Algarve. Será possível, no próximo ano, chegar a 2 hm³ de poupança, valor este que vai aumentando nesta perspetiva, a curto e médio prazo.

Têm de ser feitos mais investimentos, pelo que apelamos à participação de todos para desenvolver um trabalho conjunto, em rede e no mesmo sentido, para melhorar a rede hidrográfica da Região.

Prosseguiu, referindo que é essencial fazer mais com os Municípios. A Ribeira de Alcantarilha encontra-se em mau estado e é prudente que se consiga dar um salto na melhoria daquela massa de água em coordenação com os dois Municípios e as Águas do Algarve.

Outros projetos existem como são exemplo os previstos para a massa de água a montante de Odelouca, tendo como fator preponderante manter a qualidade dos peixes que lá existem e a qualidade da água existente.

A coordenação da RH7 e RH8 é essencial já que é necessário assegurar um planeamento conjunto.

Para combater as zonas invasoras da Foz de Odeleite, foram realizadas, em parceria com a Câmara Municipal de Castro Marim, iniciativas de remoção de plantas exóticas desse curso de água.

No combate às invasoras e no que se refere particularmente à erradicação das canas, destacou que estas têm uma enorme proliferação, crescimento, com uma resistência enorme, não sendo eficaz a sua remoção manual. O Voluntariado Ambiental para a Água tem efetuado muitas ações à mão no caso do chorão, sendo igualmente possível recorrer ao controlo químico.

O controlo químico tem mais de 15 anos, durante os quais foram efetuados testes e estudos de monitorização que existem na APA e publicados em revistas de referência em várias publicações, entre outros. Contudo, estes afiguram-se ainda insuficientes, atendendo a que a população e associações manifestam reservas na sua utilização. Deu o exemplo da providência cautelar recebida pelo Tribunal, em que que uma obra ficou parada.





SESSÃO SETORIAL

Porto, 16 de novembro de 2022

Realizou-se no dia 16 de novembro de 2022 uma sessão setorial online constituída por:

- Sessão plenária geral,
- Debates setoriais (agricultura, pecuária, agricultura e pescas; indústria e energia, urbano e turismo)
- Debates regionais paralelos por ARH.

Os principais aspetos discutidos durante os períodos de debate são elencados seguidamente.

1. Debates setoriais

Setores agricultura, pecuária, agricultura e pescas

Paula Sarmento (assessora do Conselho de Administração da EDIA) – criaram-se zonas de infiltração ao longo das linhas de água com barreiras ativas no terreno (galerias ripícolas). Uma MA com muitos nutrientes prejudica muito as redes de rega e implica custos muitos significativos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – parece que muitas destas ações são feitas a nível de voluntariado e de iniciativa desgarrada de entidades. Não devia ser feita de forma mais concertada e institucional?

José Salema (Presidente da EDIA) — a compostagem dos resíduos orgânicos (projeto URSA) na perspetiva da qualidade da água, para substituir a adubação química. A adubação orgânica é muito mais eficaz na transferência dos nutrientes para as plantas, apesar de providenciar cargas de NPK inferiores às dos adubos químicos. Já têm experiência de agricultores de olivais que mostram a eficácia desta adubação orgânica (diminuindo ou eliminando a adubação química). Acha que no futuro este projeto devia ser obrigatório. Portugal devia aumentar a produção agrícola, para aumentar o grau de aprovisionamento e independência. Tem de haver regadio no clima português (produz 5 a 6 vezes mais que o sequeiro), mas usando modelos com uma minimização da pegada ecológica.

André Lopes – (Oeste CIM) – já estão em curso projetos com apoio comunitário de compostagem, apesar da compostagem ser tão velha quanto a agricultura. Há técnicas agrícolas que promovem serviços de ecossistemas que não são remunerados. Esta remuneração podia ser uma via de incrementar estas boas práticas, incorporando as externalidades nos serviços.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) — presume-se que está a fazer-se a circularidade, mas fica aquém das necessidades. As MA que atravessam os territórios agrícolas, que são as artérias e veias do sistema. Os serviços dependem da boa qualidade da galeria, que está em domínio público hídrico. Não parece haver, do ponto de vista de prática, gestão e legislação, incentivo ao agricultor para tomar conta da MA que está na sua propriedade e que tem custos anuais significativos. Os corredores fluviais são importantíssimos para a estrutura ecológica e são tamponizantes. Devia haver mais ligação entre o setor da água e a agricultura ao nível destes aspetos?

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – na região do Tejo as ribeiras não são limpas porque os proprietários não têm capacidade económica para o fazer e o Estado devia substituir-se a eles. Há falta de resposta da APA para fazer a limpeza das ribeiras, embora não saiba se os pedidos dos agricultores são feitos de forma correta. E no inverno, essa falta de limpeza promove inundações com perdas de vidas humanas. As infestantes são cada vez mais, as ribeiras estão atulhadas e facilmente galgam e destroem os terrenos. Fala-se muito dos





incêndios e menos na limpeza das ribeiras. Muitas vezes as limpezas são mal feitas e limpa-se tudo, removendo a vegetação ripícola. O Movimento ProTejo reconhece que aumentar o regadio é uma medida contraproducente. Enviou um documento técnico ao Ministério do Ambiente e que até hoje não obteve resposta. Teme que os técnicos estejam fazer um imenso trabalho de levantamento de medidas e que depois não são implementadas por razões políticas e espera que esta sessão promova a sua implementação.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – a limpeza das ribeiras é muito consumidora em termos de dinheiro e é reconhecido na Europa que os setores públicos e privados têm de unir esforços porque individualmente não o conseguem.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – sempre que solicitado ou quando verificado pela fiscalização, é feita a limpeza de ribeiras. A APA tem feito imensos protocolos com municípios para renaturalização de linhas de água. Há, inclusive, um protocolo com a C.M. de Abrantes.

Inês Matos (AdRibatejo) – porque razão este foi o ano em que mais milho se cultivou no Ribatejo, sendo das mais consumidoras de água e com rega por aspersão, várias vezes por dia (4x), com temperaturas elevadas (40º às 15h), com elevada evaporação? Custa acreditar que não haja um tipo de rega mais adequada.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – uma componente é a procura ditada pelo mercado. Compete ao país, à administração, regular, para não haver desequilíbrios entre a oferta e a procura.

João Azevedo (CAP) – faz sentido não acumular a água que se perde para o mar? Não podemos criar açudes nas ribeiras para reforçar a recarga dos aquíferos?

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – Isso não é uma visão egoísta do ponto de vista das pescas. Esta é uma ideia do passado, completamente ultrapassada. Não é uma visão integrada. Quem está no mar não tem essa opinião, e as espécies que estão nos estuários e pretendem subir as MA?

Sílvia Pedro (MARE, Universidade de Évora) – o não chegar da água ao mar tem impacte direto na pesca das espécies migradoras, como a lampreia. Se não houver escorrências de água doce para o mar deixa de haver pistas para estas espécies diádromas subirem. Temos de apostar na conetividade longitudinal nos rios e ribeiras paras as espécies migradoras fazerem o seu ciclo de vida. Não desvalorizar a água para agricultura, mas não esquecer as espécies piscícolas e o setor da pesca.

Alexandra Brito (CAP) — a ideia da CAP não é que a água não chegue ao mar, mas até lá há diversas atividades que necessitam da água antes de chegar ao mar. A preocupação é tentar armazenar do inverno para o verão, dos anos mais húmidos para os mais secos. Não se pode deixar a desertificação acontecer. Este ano ocorreu falta de cereais, pelo que importa apostar na soberania nacional a este nível.

André Lopes (Oeste CIM) – é preciso uma visão mais holística, a água, quando chega à foz, ao mar, ela transporta nutrientes e sedimentos também muito importantes para fomentar a proliferação de espécies e evitar erosão costeira, respetivamente.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – devíamos basear-nos mais nas castanhas (hidratos de carbono nacionais) e menos nos cereais importados. Atenção que as aquaculturas beneficiam do transporte dos nutrientes, mas esses mesmos nutrientes diminuem a qualidade das MA à luz da DQA.

Lorenzo Quaglietta (ISA) — todos os Estados-Membro da UE pretendem restaurar a continuidade fluvial (25 000 km, que pode vir a subir para 50 000 km). A construção de açudes e barragens não vai ao encontro deste desígnio, pois altera a movimentação de peixes e a sedimentação na costa. Temos de ponderar reduzir/acabar a agricultara intensiva onde não há água porque o clima não o permite.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há barreias interessantes, que podem, em pegos, manter espécies no verão. Assim, não se deve ser taxativo em dizer não às barreiras. As barreias obsoletas é que





deviam ser destruídas (os Espanhóis já o fizeram a 6000) e só em Almançor há 28 que deviam ser destruídas. Não se tem feito muita coisa nas hidromorfológicas. É preciso avaliar a barreia (objetivo, dimensão, contexto hidromorfológico).

Ana Silva – porque é que a biodiversidade é importante? Não é salvar espécies em particular, mas sim salvaguardar as condições que favorecem o bom funcionamento dos ciclos ecológicos e que a vida na Terra floresça e não haja um permanente constrangimento à sobrevivência das espécies, inclusive a humana. A agricultura devia apostar em mais castanhas, mais leguminosas, menos vinho, menos tomate, menos azeite. A importância dos microrganismos na vitalidade dos solos é absolutamente fundamental, até para a sua capacidade de reter água. Tem de haver maior empenho em aumentar os níveis de investigação e fazer chegar o conhecimento aos agricultores, a par do apoio financeiro, porque a transição agrícola e energética são urgentes e estão integradas. A florestação é fundamental para a retenção da água nos solos.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o setor agrícola tem um novo discurso e uma nova forma de estar (50% na diminuição de pesticidas). O problema é implementar.

Pedro Coelho (ARH Algarve) – a manutenção da rede hidrográfica devia ficar com outra responsabilidade. Qual o papel das associações de regantes a este nível? Não deviam intervir também na gestão da procura? Não deviam flexibilizar as culturas que estão instaladas, promovendo uma adequação das espécies do perímetro à dotação prevista na concessão? Estão preparados para estes desafios?

Rosa Amador (Associação da Viticultura Douriense - ADVID) — a agricultura quer que haja equilíbrio para tomar decisões com fundamento no conhecimento. As áreas de vitivinicultura estão no interior, nas áreas mais desertificadas, pois sem população há mais incêndios, mas também menos biodiversidade. A vinha não era regada até há bem pouco tempo. Regam a quantidade necessária e suficiente em função da qualidade do vinho, por gota a gota, com dotações inferiores à evapotranspiração potencial. Tentar gerir o stress hídrico na primavera e no verão. O vinho dá 1000 milhões de euros de exportações. Estão a desenvolver projetos para usar ApR. Tem-se investido muito na quantidade de água, mas também na qualidade (manutenção de sebes e de galerias ripícolas, retenção de terras). Quando mais transferência de conhecimento melhor, sendo importante deixar de nos guiarmos por preconceitos.

Paula Sarmento (EDIA) — a rede de drenagem dos aproveitamos hidroagrícolas sofreram uma grande evolução. Quando foi implementado o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos o investimento era na reabilitação das linhas de água que atravessavam a área de influência do aproveitamento hidroagrícolas. Era importante que o Fundo Ambiental continuasse a definir como prioridade estas intervenções.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muitos sítios onde está a ser feito recuperação das linhas de água, mas de forma pontual e é preciso adquirir escala, mais continuada e mais consistente no tempo, senão a dimensão dos trabalhos acaba por ser um grande esforço, mas que fica aquém.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – devia haver estratégias regionais de reabilitação fluvial. Assentar só no protocolo com municípios não é suficiente, o Fundo Ambiental não tem verba para tudo. Não tem sido possível fazer essa ligação aos aproveitamentos hidroagrícolas. Espanha tem uma estratégia nacional e é assim que tem de funcionar.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – em alguns rios isto pode ser feito pelo restauro passivo, diminuindo as pressões.

Ana Silva (ProTejo) – as alterações climáticas são mais a consequência do que a causa dos problemas. A APA fez um bom trabalho nas medidas propostas para o plano.

Judite Fernandes – problema sério de recarga de aquíferos, que pressupõe infiltração ao longo do tempo. Os solos estão pobres em matéria orgânica, pelo que a recarga também vai diminuir por esta via e não só





pela seca. A recuperação do solo é fundamental. Como é que devemos conter a água para recarregar aquíferos, para não se ter de reforçar as captações subterrâneas abaixo do nível freático. Apostar no ordenamento hídrico:

- na campina de Faro, existe a Vitacress com plano de água para a cultura de agriões;
- nos PDM, que estão a ser revistos, ainda há barbaridades, como a tentativa da diminuição das áreas estratégicas de recarga de aquíferas, como as alagoas brancas em Lagoa para fazer um *Retail Park*.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – o problema da recarga de aquíferos e de controlo da erosão é que são muito pontuais, quando deveriam ser feitas de forma generalizada e continuada.

Manuel Moreira (Direção SEPNA) – parabéns à APA pelos PGRH. Houve 2 decisões administrativas da APA que deram 2 míseras admoestações. As captações ilegais são graves e assim perde-se a capacidade de dissuasão dos infratores. A sanção devia ser mais adequada, pois frusta o trabalho dos fiscalizadores.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) — até que ponto podemos usar os ecorregimes, como as associações de regantes, para ajudar a reabilitar as linhas de água? Que outros mecanismos?

Alexandra Brito (CAP) – os ecorregimes têm pouca adesão, pois havia limitações porque a área mínima de intervenção não era compatível com agricultores individuais, mas não sabe como está atualmente.

André Lopes (Oeste SIM) – talvez fosse benéfico tentar separar mais o setor pecuário do agrícola, até para se poder melhor como agir e propor boas práticas.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) — o setor agrícola não precisa de ApR todo o ano. Como aumentar a quantidade de água reutilizada?

António Gomes – tem aproveitamento de 1000 ha no Centro. Gasta ¼ a regar amendoal do que a regar milho. Gastam 2500 m3/ha e só no princípio de agosto é que o olival precisa de água.

Teresa Ferreira (ISA, Universidade de Lisboa) – há muito a fazer, cada setor está a fazer o que pode, não pode fazer sozinho, tem de ter apoio.

Susana Fernandes (APA – ARH Tejo e Oeste) – o AH da Cova da Beira tem origem de água na albufeira da Meimoa. Partilhou foto de rega por aspersão com alagamento e durante o dia. Há muito a fazer.

Felisbina Quadrado (APA) – as boas práticas têm de ser divulgadas. As soluções individualizadas devem dar ligar a coletivas, para se olhar mais uma região e aumentar a eficiência.

Setores indústria a energia

Filipa Newton (ADENE) – a empresa da indústria têxtil reduziu em 30% o consumo de água em 3 anos e mais e 24% no último ano. Assim, é possível, com monitorização, atingir poupanças extraordinárias. O acesso ao financiamento europeu também vai começar a ser limitado quando as empresas não são eficientes no uso da água. Como preparar as empresas a serem mais resilientes no consumo de água: há um papel da administração pública, mas também da própria indústria.

Armindo Silveira (Movimento ProTejo) – proliferação de zonas indústrias não compatíveis com a ETAR para a qual os efluentes industriais são encaminhados. Ecoparque de Galvão, em que os lixiviados são canalizados para 2 lagoas e sem sistema de retenção de segurança, pois uma delas rompeu e o efluente espalhou-se por zonas agrícolas. Há outra zona industrial com sistema de drenagem que abateu.

Filipa Newton (ADENE) — as empresas têm de investir nos sistemas de segurança e tratamento dos seus efluentes, no âmbito do princípio do poluidor-pagador.





Luís Arroja (Universidade de Aveiro) — a redundância de segurança é impossível de instalar. É como se devesse haver uma barragem para proteger a destruição de outra. Há regulamentos de descarga, mas tem de haver fiscalização, para proteger a ETAR a jusante. Extrapolar o método Pinch, usada pela indústria para maximizar a eficiência energética, para a eficiência hídrica. A indústria não tem de usar água própria para consumo humano se tal não é necessário. A utilização, ainda que sazonalmente, de ApR, apesar de ainda ter um custo energético mais elevado que o uso de água potável, tem o enorme benefício da gestão racional, promovendo a sustentabilidade e o uso racional.

Filipa Newton (ADENE) – esse aumento de custo energético pode ser feita ao nível do uso de energia renovável, para o qual existe apoios financeiros disponíveis.

Inês Matos (AdRibatejo) – zona rural onde a indústria é sobretudo no setor agroalimentar. Geram o sistema em alta e baixa. Têm regulamento de descarga ao sistema de água residual. Não é a indústria na malha urbana que causa grandes problemas, exceto algumas descargas pontuais de oficinas de automóveis. A responsabilidade do pré-tratamento é da indústria, embora a AdRibatejo possa aconselhar no pré-tratamento. Nada funciona melhor do que tapar o ramal de descarga de uma indústria, que leva ao encerramento temporário da fábrica. Aconselhou a ler a última edição da revista da APDA sobre o nexus água-energia. Quanta água é precisa para produzir 1 kWh com hidrogénio verde? São necessário de 9 L de água/ kg de hidrogénio.

Filipa Newton (ADENE) - é hidrogénio verde porque não é produzido a partir de combustíveis fósseis e também importa não usar águas próprias para a produção de água para consumo humano. As indústrias quando pensaram no uso do hidrogénio não ponderam a fonte de abastecimento de água para o processo.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – a AdRibatejo abrangem a alta e a baixa de água e saneamento, razão pela qual consegue controlar. Mas normalmente não acontece assim. Mais de 50% das águas residuais podem ser descarregadas para uma rede de drenagem em que não é feito qualquer controlo.

Simone Pio (AdP) – necessidade de pré-tratamento para reduzir a carga afluente ao sistema de drenagem. Têm uma indústria num parque industrial cuja descarga está tamponada. Deve haver uma melhoria da monitorização. Devem usar-se os agentes locais para uma monitorização mais dinâmica e mais flexível dos recursos. Ficou admirada com o trabalho que ainda é preciso ser feito ao nível da necessidade de melhoria das MA.

Ana Silva (Movimento ProTejo) – necessidade de rever o regulamento das edificações urbanas e industriais. Necessidade de separara águas pluviais, águas cinzentas e águas negras, que podem ser recursos.

Inês Matos (AdRibatejo) - os parâmetros que estão a ser analisados nas MA, responsáveis pelo mau estado, deviam ser publicitados.

Anabela Rebelo (APA) – indicador de circularidade para a APA - Rede IMPEL – Projeto WINE, para ser aplicável da indústria ao produto, nexus água-energia-alimentação-ecossistemas.

Felisbina Quadrado (APA) – há vários parâmetros de monitorização, mas não são novos, como os nutrientes. Estamos aqui todos para usar melhor o nosso dinheiro/esforço para atingir o desafio, quer em quantidade, quer em qualidade.

Setores urbano e turismo

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) — A qualidade das MA para o setor é importantíssima porque, não pondo em causa a qualidade da água para consumo humano (ou outros), exige um custo de operação do tratamento significativamente superior. Antigamente não era necessário haver preocupação





com as origens, pois não se reconhecia a escassez. A diminuição dos recursos disponíveis a questão da origem ganha uma dimensão ainda mais premente. As perdas não são apenas penalizantes para os recursos disponíveis, mas sim, também, para a energia. Há muitas perdas em baixa, mas já se está a fazer muito. A EPAL, ao nível das perdas no sistema, é a lebre.

Temos 30 anos de evolução. Qualidade e quantidade de água para abastecimento; recolha e tratamento dos efluentes

Atores/momentos: municípios; adesão à UE, fundos comunitários; Águas de Portugal; APA/ERSAR

Trabalhar para as populações numa lógica de saúde pública. Não pode haver mais interessado na qualidade das MA do que o setor urbano

Essencial a relação com a energia

Nuno Medeiros (EPAL e AdVT) – na AdVT trabalharam a escassez da parte da procura. Importa diferenciar o paradigma da água não faturada. As perdas são uma ineficiência, mas a água faturada também. Há que distinguir as perdas reais dos usos autorizados não faturados (medidos ou não). Têm conseguido alcançar resultados extraordinários nas redes em baixa. Reabilitar as redes é a forma mais cara de diminuir as perdas. O pedido é para arranjar mais oferta, mas não é fácil.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) - Confunde-se as perdas reais com a água não faturada e isso é muito prejudicial. Capitações de 300-400 L/hab.dia também são capitações que traduzem perdas muito significativas.

Joana Pinto Coelho (AdP Valor) — agradeceu a articulação com a APA e outros parceiros. PGRH do 2.º ciclo que se prolongam para o 3.º ciclo assumem 80% das medidas. 60% das medidas do 2.º ciclo. Os parâmetros que contribuem para o mau estado das MA, sobretudo os nutrientes. Pretendem promover a circularidade do setor e a simbiose entre os diversos setores da água. Gostava de ver o nexus água-energia refletido no PGRH do 3.º ciclo. Estão a trabalhar na ApR e necessitam de mais regulação. Têm alguns projetos, incluindo de utilização de ApR na agricultura, sempre numa perspetiva colaborativa de partilha de conhecimento e recursos. A 28 e 29 de nov. decorrerão as Jornadas da Engenharia, onde vão ser trabalhados muitos temas que são desafios do setor, incluindo a dessalinização: jornadasadp.pt.

Inês Matos (AdRibatejo) – é premente a revisão e atualização do regulamento de distribuição de água que é de 1993.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – tem pena que não tenha surgido nenhuma empresa em baixa sobre as perdas. As casas em zonas elevadas tinham cisternas para utilizar água para fins menos nobres e é preciso recuperar estas práticas. As empresas em alta já o fazem, mas tardam essas situações nas casas. A ApR acaba por ser uma nova origem.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) — terminámos o ciclo de promover as infraestruturas, aumentar os índices de atendimento e temos de entrar no ciclo de reabilitação dos sistemas, que muitos já têm mais de 30 anos. O grau de sistema unitário ainda é muito elevado, pois são sistemas separativos na prática, mas unitários em muitos casos, designadamente em alta, onde se dá a concentração das afluências indevidas. Há sistemas que em situação de pluviosidade nem sequer têm capacidade de transporte e com matérias da época, como uma erosão, desgaste ainda maior, levando à necessidade da substituição quase integral das condutas. As afluências indevidas têm dupla consequência: nas ETAR e nas condutas. Outra consequência das afluências indevidas é o consumo energético a que as ETAR são sujeitas. Por vezes, o afluente à ETAR, devido às afluências indevidas são idênticas às da licença de descarga. Com gastos energéticos enormes e improdutivos, devido aos tempos de retenção mínimos nos diferentes órgãos de tratamento. As licenças de captação de água não são facultadas às EG da baixa. Essas indústrias não pagam o saneamento na captação,





porque é independente, mas descarregam na rede e não pagam por isso. Está a fazer trabalhos de cadastro. Também não se dispõe do licenciamento industrial. Isto dificulta à EG da baixa o controle das afluências indevidas. A capitação para o dimensionamento das ETAR foram demasiado.

Felisbina Quadrado (APA) — a APA não se importa de disponibilizar os dados de licenças, com a devida proteção dos dados.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) – a articulação entre a alta e a baixa é essencial.

Patrícia Malta Dias (ADENE) – gera a iniciativa AQUA+ da ADENE para os edifícios. E já há projetos a nível europeu.

João Silva Costa (AgdA- Aguas Publicas do Alentejo) — a gestão das áreas urbanas, em pequenas comunidades, devia ser alargada para as zonas verdes.

Ana Silva – WC secos e necessidade de atribuição de certificados de eficiência hídrica para discriminação positiva ao nível das tarifas de IMI, por exemplo.

André Matoso (APA – ARH Alentejo) – aumento de empreendimentos turísticos no litoral alentejano no concelho de Grândola, que podiam ter sistemas de reutilização interna.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – concorda com a metodologia dos certificados hídricos, mas existindo o sistema dual predial, havendo quem pode fazer a certificação a esse nível, parece-lhe que para os condomínios fechados, condomínios de grande dimensão e empreendimentos turísticos de raiz, estes sistemas duais podiam ser implementados sem onerar significativamente o custo total. Devia haver um regulamento que este sistema dual fosse obrigatoriamente implementado, quer por regulamentos municipais ou nacionais.

Que entidades estão habilitadas a fazer a análise de risco para licenciamento da ApR?

Anabela Rebelo (APA) – o guia da avaliação de risco foi publicado 1 mês depois do diploma, para além de existir uma norma ISO para esse efeito. Não se pensou na acreditação de entidades para a avaliação de risco, porque basta uma equipa de doutores e engenheiros para o fazer. A Isso não refere certificação.

Luís Arroja (Universidade de Aveiro) – conhece o guia e as regras, mas isso a não satisfaz. A APA publicou um referencial, mas como sabemos se foi bem ou mal usado, como podemos ficar tranquilos?

Anabela Rebelo (APA) – existe um regulamento também para a reutilização para a agricultara, a Comissão não prevê a acreditação de entidades para esse efeito.

Inês Matos (AdRibatejo) – uma avaliação de risco é um exercício difícil e cada caso é um caso. Parte muito da sensibilidade das pessoas envolvidas. Não é uma simples fórmula de engenharia.

Pedro Coelho (APA – ARH Algarve) – mais 2 golfes a regar com ApR em Castro Marim. Estão a promover utilizações de ApR para usos urbanos não potáveis.

Marisa Viriato – a utilização de ApR é uma necessidade incontornável no Algarve.

2. Debate regional

Esta Sessão decorreu em formato online e iniciou-se com uma apresentação da versão provisória do PGRH RH8, focando os seguintes aspetos:

- Principais grupos das pressões sobre as massas de água
- Síntese das pressões qualitativas Pontuais





- Síntese das pressões qualitativas Difusas
- Pressões quantitativas
- Avaliação do estado global das massas de água superficiais e parâmetros responsáveis pelo Estado Inferior a Bom
- Avaliação do estado das massas de água subterrâneas
- Disponibilidades hídricas superficiais em regime natural
- Disponibilidades hídricas superficiais em regime modificado (barragens)
- Disponibilidades hídricas subterrâneas
- Medidas estabelecidas para as massas de água com Estado Inferior a Bom
- Medidas Específicas de Base estabelecidas para as massas de água com Estado Inferior a Bom
- Medidas Específicas Suplementares estabelecidas para as massas de água com Estado Inferior a Bom
- Medidas Específicas Suplementares estabelecidas para as massas de água com Estado Inferior a Bom
- Principais problemas e potenciais soluções

Seguidamente, expõem-se, em síntese, as questões, comentários e esclarecimentos que ocorreram no período destinado ao debate:

APA/ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Abordou as questões de Escassez de Água, a necessidade de continuar a fomentar a redução de perdas no setor urbano, turístico e agrícola, e a existência do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve (PEH), com investimento aprovado no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Referiu a importância de colocar a ApR em execução, visto ser uma medida que tem de ser gerida de forma integrada nas origens e debatida entre todos os intervenientes, não só para os campos de golfe, mas também na vertente agrícola.

As zonas de recarga têm de ser preservadas, pelo que é importante chegar a um consenso para que as águas subterrâneas sejam bem utilizadas.

O reporte de informação de autocontrolo é muito importante. Não obstante os três perímetros de rega existentes a nível regional reportarem anualmente esses dados à ARH Algarve, existe uma percentagem elevada na Região de pequenas explorações agrícolas de regadio aprovadas que também devem ser monitorizadas e controladas.

Quanto à contaminação dos aquíferos, a produção agrícola em zonas vulneráveis tende a ser reduzida, visto existirem cada vez mais condições para a maior adesão à rede, diminuindo deste modo o número de fossas existentes, nomeadamente nos concelhos de Faro e Lagoa.

É importante desenvolver ações que promovam a redução e controlo das espécies invasoras/exóticas, que proliferam junto a linhas de água, zonas agrícolas e costeiras.

Associação de Regantes e Beneficiários do Alvor – Presidente, António Marreiros Gonçalves

Referindo-se à barragem da Bravura, comentou que a água no Barlavento está muito escassa, pois desde setembro 2022 até ao momento atual apenas entraram 100 000 m³, o que é muito pouco. A boa notícia é que a Associação de Regantes abriu um concurso para elaboração do estudo para o caudal ecológico da referida barragem, ao que se seguirá a execução da obra.

Foi o primeiro ano que não existiu água para os agricultores, pois foi um ano atípico, ressalvando que, com o entendimento conjunto entre a Câmara Municipal de Portimão e com a autorização da ARH Algarve, a Associação de Regantes conseguiu ativar os dois furos na zona da Torre. Desta forma, os agricultores daquela





zona tiveram alguma água, embora de forma mais dispendiosa face ao aumento dos custos da energia, não tendo ainda recebido o subsídio para fazer face a estes aumentos.

Mencionou ainda, a título de exemplo, e no âmbito das dificuldades sentidas pela falta de água, que apesar da água da Bravura ter sido direcionada só para o abastecimento público, desta barragem terá saído muito mais água para outros fins.

É um perímetro de rega que precisa de ser modernizado, dado que há 64 anos que não existem obras estruturantes nesta área.

Considera que deverão ser efetuadas mais reuniões em conjunto com o Barlavento para a preparação do próximo inverno, em termos de gestão de recursos hídricos, e, consequentemente, o verão.

Referiu ainda que a empresa Águas do Algarve calculou a quantidade existente disponível no volume morto da barragem da Bravura, mas que esta é uma disponibilidade que rapidamente escasseia.

Torna-se assim necessário a procura de outras alternativas para que não falte água aos agricultores, como a utilização das águas subterrâneas, avaliando, por exemplo, a quantidade disponível na zona da Penina, visto que os Palmares não encontraram água em quantidade suficiente.

O trabalho feito pela APA - ARH Algarve e Autarquias foi muito positivo, já que os furos disponibilizados pela Câmara de Lagos, com o apoio das Águas do Algarve, permitiu ter água para esta e para a próxima campanha.

Agradeceu ainda ao Eng.º Pedro Coelho, que deu o apoio à Associação para retirar o peixe da barragem da Bravura por forma a manter a qualidade da água, assim como à Dr.º Conceição Gago que esteve sempre disponível a ajudar.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Referiu que existe um drama relativamente à escassez de água e agradeceu a intervenção realizada.

Mais informou que as reuniões da Sub-Comissão Regional da Zona Sul, da Comissão de Gestão de Albufeiras vão continuar a ser realizadas, previsivelmente de dois em dois meses, no âmbito das quais foram definidas medidas que se encontram em curso. No entanto, também foram executadas medidas em plena época de verão e esta situação vai continuar a ocorrer. Partilhou da opinião de que o próximo ano vai ser muito difícil e que não vão existir grandes infraestruturas de valorização, porque levam o seu tempo até serem concretizadas.

Informou ainda que vai ser introduzida a ApR no perímetro de rega do Alvor, o que considerou ser uma maisvalia.

Existem estudos da EMARP que demonstram que os níveis de água após a utilização na campanha precisam de serem recuperados, mas só no fim do inverno saberemos qual é o nível de recuperação, após a ocorrência de precipitação, pelo que só nessa altura será efetuada uma reavaliação da situação.

Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento Algarvio - Membro da Direção, José Gomes

Mencionou que no Sotavento não existe a mesma situação de escassez de água comparativamente com o sucedido e explanado pela Associação de Regantes e Benificiários do Alvor, salientando que o perímetro de rega do Sotavento é mais moderno, não tendo existido problemas de disponibilidade de água no verão.





Referiu, no entanto, que todos os anos existe a preocupação relativamente à escassez de água, por isso existem várias candidaturas em curso e a serem implementadas, tanto pela Associação como pelos próprios agricultores, no sentido de reduzir as perdas de água.

Realçou que as disponibilidades de água deviam ser abordadas de forma estrutural e esta devia ser uma prioridade, frisando que as águas residuais tratadas são uma solução temporária mas não resolvem o problema de forma estrutural, visto que não serão suficientes para abranger todo o perímetro de rega do Sotavento.

Solicitou assim soluções mais avançadas, a médio e longo prazo, e não a curto prazo, conforme tem ocorrido.

Divulgou ainda que tem informação de que a o projeto do Pomarão está a avançar.

Indicou que, na qualidade de regadio coletivo, a Associação do Sotavento reporta sempre as disponibilidades e as culturas em curso, visto existirem normas que assim o exigem, bem como regulamentos internos.

Finalizou a intervenção, reforçando a importância de se encontrarem soluções mais estruturantes, para que todos os anos não seja necessário procurar disponibilidades de água para as culturas em curso.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Proferiu que claramente existem, por um lado, problemas de disponibilidade e escassez de água, défice de precipitação prolongado e muitos anos consecutivos com anomalias de precipitação, mas, por outro lado, os consumos têm de ter mais eficiência, é preciso haver uma adaptação à disponibilidade nas várias origens naturais e antrópicas e uma gestão integrada onde seja possível rentabilizar as disponibilidades existentes.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - Diretor Regional Adjunto, Mário Dias

Referiu que a situação atual, resultante de várias décadas de falta de água e em que cada vez existe menos água disponível, já se fazia prever há muitos anos.

Com o que nos podemos penalizar é com a ideia de que devíamos ter começado muito mais cedo a trabalhar para acautelar esta situação, criando alternativas como a utilização dos açudes, por exemplo, por forma a não termos a realidade em que nos encontramos atualmente.

Admitiu que, havendo um plano aprovado com um conjunto de medidas que podem melhorar a eficiência no regadio, tem sido realizado um esforço muito grande nesse sentido e é nesse caminho que se deve continuar.

Mencionou que seria pertinente verificar no ordenamento do território onde existem as disponibilidades necessárias, para que possam ser usadas, e afirmou que as intervenções ao nível da dessalinização são muito demoradas para que sejam consideradas funcionais a curto prazo.

Quanto ao Pomarão, tem a expetativa de que a água desta origem seja adequada para uso, visto considerar esta solução é a curto prazo a mais benéfica para a situação extremamente grave que se está a viver.

Terminou, referindo que a PAC contempla algumas medidas de eficiência e compensação, mas de uma forma muito superficial para o que realmente se torna necessário.





APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Respondeu que as origens existem, mas têm de ter um uso adequado, visto que há muito uso privado que não é calculado. Para além disso, as zonas em referência têm de ser preservadas.

Questionou ainda se na PAC não se poderiam enquadrar soluções para aumentar as disponibilidades de água nas zonas desfavorecidas, aumentando o financiamento para preservar essas áreas.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - Diretor Regional Adjunto, Mário Dias

Referiu que a água que vem de águas subterrâneas e aquíferos sob muita pressão tem capacidade de recuperar, no entanto será necessário aplicar outras formas diferenciadas de maior eficiência no uso da água, se não ocorrer essa expectável reposição.

Mencionou que a PAC tem atribuído apoio de financeiro, promovendo a opção por culturas mais sustentáveis, contudo existem fatores críticos que condicionam a agricultura, como o solo em causa, a escassez de água, entre outros, que deviam ser regulamentados no seu uso. Por sua vez, o agricultor também escolhe as culturas economicamente mais rentáveis e os equipamentos para as tornar mais sustentáveis e eficientes, tendo em conta a escassez de água, no entanto os encargos financeiros são elevados, pelo que há ainda muito trabalho a fazer neste âmbito.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil – Técnica, Judite Fernandes

Considera que as águas subterrâneas estão a sofrer por duas vias, pela via da diminuição da precipitação e por escorrências num curto espaço de tempo mas com uma grande intensidade (precipitações concentradas), pelo facto dos solos estarem muito secos e verificar-se a escorrência superficial para o mar, que apresenta, por vezes, grande volume de matéria orgânica.

É da opinião de que seria bom aproveitar os terrenos baldios que as Câmaras Municipais pudessem dispensar para promover uma maior infiltração das águas subterrâneas, bem como criar estruturas de contenção, por forma a que a água se possa infiltrar no solo, tendo em atenção a erosão costeira e ao facto dos peixes necessitarem dessa água superficial para a sua sobrevivência.

Neste sentido, questionou se as medidas/ações de controlo de espécies exóticas não poderiam ser estendidas à reflorestação de terrenos, com espécies autóctones da região, salientando que poderiam ser elaborados estudos piloto de retenção de água, para beneficiar a recarga de aquíferos. Estas medidas estão associadas à recuperação do ecossistema e à recuperação do solo.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

A questão entre a floresta e água e a sua retenção em pequenas infraestruturas é algo a considerar e que há a possibilidade de acompanhar no âmbito do PRR, solicitando a elaboração de um estudo.

Existe um projeto no Caldeirão neste âmbito, mas existem dificuldades associadas aos financiamentos e ao facto de se tratarem de terrenos cuja propriedade é de particulares.

Agência Portuguesa do Ambiente - Chefe de Divisão (DRH - Divisão do Estado Qualitativo da Água), Ana Rita Lopes





Referiu que promover a disponibilidade e quantidade de água no Algarve é uma prioridade no plano de ações. No entanto, as soluções apresentam algumas reservas, quando é necessário promover a disponibilidade de água mas também existe a necessidade de se avaliar a qualidade da mesma.

A ARH do Algarve tem tido muita preocupação com a questão da "quantidade" na disponibilização de águas subterrâneas. Existem medidas e ações no sentido de facilitar, de uma forma natural, o processo de infiltração. Estão previstas outras medidas e ações no que se refere a alguns poluentes emergentes nas águas subterrâneas, pois este é um problema que pode colocar em causa a qualidade da água.

Ou seja, é importante a preocupação com a quantidade e qualidade.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Comentou, genericamente, que no Plano não existe nenhuma medida relacionada com a matéria orgânica no solo, mas que poderá ser incluída num outro projeto, eventualmente da DRAP.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve - Diretor de Serviços, José Tomás

Solicita a divulgação de um documento elaborado sobre a rega agrícola.

Refere que a agricultura está a fazer o seu caminho, os agricultores vão fazendo as suas opções, por forma a fazer face ao aumento das despesas. Por exemplo, existe a cultura da alfarrobeira que tem tido um aumento de procura bastante significativo, visto que se está a tornar bastante rentável e é uma cultura que não é tão exigente em água comparativamente com outras.

Na Reserva Agrícola é necessário recorrer ao regadio, havendo a medida SN2 no âmbito do PRR que viabiliza a modernização dos sistemas de rega. Na circunstância atual e visto de que há falta de chuva, a DRAP, a DGADR e a FENAREG conceberam avisos de rega nas estações de rega meteorológicas automáticas, em que os regantes, quer dos empreendimentos públicos, quer dos privados, com base nos dados disponibilizados, podem trabalhar no sentido de ajustar as necessidades de rega apenas para o que está disponível.

A adesão ao aviso está, no entanto, muito aquém do esperado, pois os investimentos em sondas e sensores são dispendiosos e, consequentemente, o produto da exploração também terá de refletir esses custos. Se for necessário, será efetuado novo aviso mais eficiente.

Também tem havido um esforço para adesão ao saneamento básico, que se tem verificado gradualmente.

A água deve ser a adequada para o tipo de culturas que está em causa, pois quando entra água do mar nas ETAR's, estas são muito prejudiciais para as culturas.

Mencionou que atualmente se rega melhor do que há 20 anos atrás, face à grande alteração em termos de paisagem, pois existem grandes explorações em termos de área, já que em pequenas explorações o uso eficiente de água não é tão compensatório.

Compete a cada setor, em conjunto com os seus atores, trabalhar de forma a divulgar esta eficiência, apresentando soluções atrativas, como sistemas de rega mais eficientes, com menos consumos no seu uso.

É necessário continuar o trabalho conjunto entre o privado e o público, no mesmo sentido, por forma a serem atingidos objetivos comuns relacionados com a poupança de água.





APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Respondeu que para ser possível reutilizar a água no golfe e na agricultura é preciso reduzir a intrusão salina, por forma a não comprometer o investimento realizado pelos operadores.

Águas do Algarve - Gestão Origens de Água, Marisa Viriato

Reforçou a opinião proferida pela Associação dos Regantes e Beneficiários do Alvor, referindo que foi um ano muito difícil, tendo sido necessário implementar medidas de emergência. Afirmou que têm um comprometimento com grandes desafios e fez referência à importância dos Planos PRR e PREHA.

Felicitou, no entanto, a Região do Algarve, que considera ser um exemplo a seguir, apesar de poder ainda melhorar com a implementação de medidas específicas para todos os setores, direcionadas para a realidade das situações.

Referiu que as medidas previstas para o setor urbano enquadram-se num plano delineado para os próximos 5/10 anos, o que constitui um grande desafio, pois trata-se de pouco tempo para a execução de projetos que não são simples. O PRR e o PREHA estão assim a correr contra o tempo.

Entende que se está a fazer o melhor com os recursos disponíveis e com um planeamento apertado que exige muito mas, na sua opinião, é melhor cometer erros do que não fazer nada, sendo sempre possível corrigir posteriormente, caso seja necessário.

Informou que a gestão da Barragem da Bravura constituiu um desafio enorme, pois houve muitos problemas com a qualidade da água que se encontrava muito perto do volume morto e, por isso, o controlo efetuado teve de ser de extrema vigilância, quer ao nível do controlo da qualidade, quer ao nível da quantidade.

Também foram disponibilizadas novas captações de água em tempo recorde, sendo de agradecer a colaboração das Autarquias e da APA - ARH Algarve, pois foi essa colaboração conjunta que permitiu que a época alta corresse da melhor forma. Também a colaboração com as Associações de Regantes e, em particular, com a Associação de Regantes e Benificiários do Alvor foi muito importante na resolução dos conflitos de usos, situação que este ano ocorreu em todas as Albufeiras, pois apresentavam disponibilidades muito baixas.

Acrescentou que os municípios têm desenvolvido trabalho na redução de perdas, embora com grandes dificuldades, porque os investimentos são avultados e os recursos humanos escassos.

Por outro lado, considera também que a agricultura tem feito muitos esforços para reduzir os consumos e modernizar-se.

Esta não é a primeira seca que está a ser gerida, pois desde 2005 que trabalham com a situação de escassez de água. Entretanto foi construída a Barragem de Odelouca, o que representou um grande investimento e criou impacto, mas permitiu criar resiliência, pois consegue-se bombar água de um sistema onde há disponibilidade para outro onde é necessária.

O Algarve tem trabalhado e evoluído muito em todas as áreas, no setor urbano, agrícola, indústria, salientando-se o turismo como um setor que tem demonstrado muita eficiência na poupança da água.

Neste sentido, considera que continuar a trabalhar e usar melhor, sermos mais eficientes nas disponibilidades e na procura são as prioridades do futuro.





APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Respondeu, concordando que o Algarve está de parabéns, porque o trabalho que se tem desenvolvido desde 2020 é muito significativo, com destaque para a elaboração do PREHA e para o PRR, enquanto fonte de financiamento. Foram 5 anos de muito empenho, pretendendo-se continuar a trabalhar num esforço conjunto com todos os setores.

APA/ARH Algarve - Técnica Superior, Paula Vaz

Referiu que a comunicação do que tem sido feito não passa para a opinião pública e que é importante divulgar essa informação, tendo constatado que as pessoas ficam surpreendidas quando comunica, por exemplo, nas escolas as ações desenvolvidas pelo Serviço.

Salientou ainda que nas escolas as águas pluviais que escorrem nos telhados, no cimento, não são aproveitadas. Questionou se neste PREHA existe uma forma de integrar intervenções em espaços urbanos, que permita o aproveitamento dessa água para reservatórios, pois colocar água pluvial nos esgotos não lhe parece uma boa solução.

Para além do efeito concreto, reforçou a importância de sensibilizar para poupança de água no sentido de reeducação.

ERSAR - Diretora do Departamento de Engenharia – Águas, Paula Freixial

Constatou que existe uma mudança do olhar para a oferta e para a procura e transmitiu que atualmente os edifícios têm uma oportunidade de poupança na ordem dos 30% a 50% e na criação de reservas de água.

A ADENE desenvolveu um referencial de eficiência hídrica designado por AQUA+, que está disponível para o setor urbano, residencial, turístico e alojamento urbano e vai ser expandido para espaços comerciais, escolas, instalações militares, entre outros equipamentos. Solicitou ao Diretor Regional da ARH Algarve apoio para divulgar este referencial em causa.

Como exemplo de uso para a água pluvial no âmbito do AQUA+, fez referência a um edifício situado em Lisboa que dispõe de um aproveitamento da água para a rega de espaço público limítrofe de forma autónoma e suficiente para aquele efeito. Torna-se assim prioritário implementar e operacionalizar na Região de Algarve este referencial, bem como o que está previsto no PREHA, de modo a promover a rentabilização dos recursos que são escassos, como é o caso da água.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Relativamente ao AQUA+, transmitiu que esta é uma matéria para refletir, mas que já existem medidas municipais neste âmbito, bem como no setor do turismo, e que o objetivo é evoluir no sentido da certificação. Para o efeito serão promovidas reuniões tendo em vista evoluir nesta certificação e implementar o referencial AQUA+, bem como incluir esta questão no PREHA e noutros instrumentos.

APA/ARH Algarve - Chefe de Divisão dos Recursos Hídricos Interiores, Paulo Cruz

Solicitou um esclarecimento direcionado a Patrícia Dias, Gestora da iniciativa de Avaliação e Classificação da Eficiência Hídrica AQUA+, sobre se existem dificuldades na implementação do DL 23/95 quanto à reutilização das águas cinzentas.





Algumas destas soluções só são consideradas se forem contempladas em fase de projeto e execução, caso contrário não são fáceis de implementar. No entanto, numa construção nova os custos não têm grande expressão, pelo que podia constituir uma obrigatoriedade à partida, ter esse uso das águas cinzentas por duas vias de distribuição.

ADENE - Gestora da iniciativa de Avaliação e Classificação da Eficiência Hídrica AQUA+, Patrícia Dias

Respondeu que não existe entraves na regulamentação no DL n.º 23/95 e existem utilizações dessas águas cinzentas em unidades hoteleiras, no entanto essa água é direcionada para alguns usos e o que existe são limitações nesse uso.

Mais esclareceu que existem equipamentos no mercado que tratam as águas cinzentas de forma simples.

APA – ARH Algarve – Diretor Regional, Pedro Coelho

Concluiu que existem entidades que certificam estas utilizações, nomeadamente a IMPIC, e que se uma Câmara Municipal quiser solicitar essa certificação poderá fazê-lo junto daquela entidade.

CCMAR – Universidade do Algarve - Endocrinologia Comparada e Biologia Interativa, Patrícia Pinto

Relativamente à poluição da água a nível marinho e tendo em atenção o problema da escassez de água que é relevante na Região, comentou que existe falta de vigilância, não existindo monitorização dos poluentes nos organismos marinhos, nomeadamente de fármacos, esgotos, entre outros, apesar de se ter constatado a sua existência e de se ter conhecimento de que alteram as hormonas nos organismos marinhos.

Questionou se está previsto desenvolver uma investigação e/ou um estudo sobre como os poluentes no mar interferem na vida marinha, de forma generalizada.

Agência Portuguesa do Ambiente - Chefe de Divisão (DRH - Divisão do Estado Qualitativo da Água), Ana Rita

Respondeu que a Diretiva-Quadro engloba a água no seu todo, quer as águas interiores, quer as de transição e costeiras, sendo necessário fazer a monitorização das mesmas, o que ocorre ao abrigo do processo de planeamento.

Sugeriu a consulta, nos planos, da parte das águas de transição e costeiras e das massas de água, incluindo os componentes físico-químicos e macro a nível nacional, onde existem invertebrados biológicos, entre outros. Salientou que, para além dos critérios da RH8 existem os critérios de avaliação nacional, bem como vários parâmetros, tornando-se pertinente visualizar os existentes e adequar.

Referiu que a monitorização envolve projetos e estudos muito dispendiosos e que, no caso particular da RH8, a Universidade do Algarve também tem colaborado neste processo, sendo importante dar continuidade, consolidar e melhorar este trabalho conjunto.

APA – ARH Algarve – Diretor Regional, Pedro Coelho

Mencionou que, relativamente à comunicação para o exterior das ações desenvolvidas pela APA, a Paula Vaz assegura a divulgação das ações que se desenvolvem no Algarve, sugerindo o agendamento de reuniões com o CCMAR, no sentido de reforçar a comunicação e, consequentemente, a divulgação das ações em curso.





Universidade do Algarve - IGROUNDWATER, Vânia Serrão Sousa

Considerou pertinente continuar a promover-se a interação entre os vários setores para falar sobre a água, dando prioridade às águas subterrâneas, tendo em atenção que este "bem essencial" é escasso. Mais informou que se encontram a fazer a monitorização da parte dos fármacos e estão dispostos a trabalhar em parceria com a APA - ARH Algarve.

APA – ARH Algarve – Diretor Regional, Pedro Coelho

Fez referência ao Projeto da Campina de Faro, bem como à existência de equipamentos mais sustentáveis para os golfes, adaptados para haver menos consumos nos espaços verdes. No setor da agricultura, referiu a Vitacress que é um grande consumidor e que deve reportar esses consumos para serem monitorizados, permitindo assim a obtenção de informação acerca da quantidade que é utilizada.

Reforçou a preocupação do consumo de água no setor agrícola privado que não é contabilizado quanto à quantidade gasta, referindo que os usos da água têm de ser mais equilibrados e que, em conjunto, é necessário trabalhar nesse sentido, visto ser uma situação problemática sentida por todos os setores.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve - Chefe de Divisão de Avaliação Ambiental, Ricardo Canas

Referiu que a reunião estava a ser muito esclarecedora, sobre uma temática muito importante, congratulando a APA - ARH Algarve pelo trabalho que tem desenvolvido.

Proferiu que no futuro são muito importantes para a Região os projetos na área da agricultura ou turismo, constituindo o PRR um "balão de oxigénio" para o efeito.

Partilhou da opinião de que deve existir um estudo de base para a reflorestação da Serra, porque existe muita vegetação invasora, situação identificada pela CCDR Algarve e para a qual existe um plano.

Considera que o futuro será promissor para a agricultura, pois surgirão novos investimentos neste setor, mas também no turismo e no setor urbano. Enfrentando-se desafios muito grandes nestes domínios, considera que seria pertinente conhecer algumas perspetivas a médio/longo prazo de como e para onde se irá evoluir.

APA - ARH Algarve - Diretor Regional, Pedro Coelho

Referiu que a APA/ARH Algarve encontra-se a colaborar no plano da biodiversidade da CCDR Algarve, o qual permite definir onde é necessário intervir para depois se executar as intervenções previstas.





ANEXO VI - Fichas de Contributos

Constitui um documento individualizado que se junta ao presente Relatório.





ANEXO VII - Parecer do Conselho de Região Hidrográfica

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PGRH RH8), para o período 2022-2027, assume especial relevância no contexto atual, porquanto a água é um recurso escasso, estratégico e vital para os processos bióticos e vida humana, no quadro dos desafios da sustentabilidade ambiental, tendo em vista a sua utilização equilibrada e a salvaguarda e valorização desse recurso.

O presente parecer à proposta de PGRH 3º Ciclo decorre do exercício da competência do CRH prevista na alínea a) do artigo 3.º da Portaria n.º 37/2015, de 17 de fevereiro que consiste em "acompanhar e participar na elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica e dos planos específicos de gestão das águas, emitindo parecer prévio à sua aprovação" e assenta nos documentos provisórios do Plano apresentados durante a fase de consulta pública que decorreu até 30 de dezembro de 2022, exceto a Parte 6 referente ao Programa de Medidas, relativamente ao qual foi fornecida informação adicional pela APA – ARH Algarve.

O presente parecer foi construído na sequência da reunião preparatória realizada pelo CRH no passado dia 11 de janeiro e do subsequente pedido de contributos solicitados aos Senhores Conselheiros. Revelou-se ainda essencial organizar um Grupo de Trabalho que se envolveria diretamente na elaboração deste documento.

É igualmente oportuno realçar que os membros do CRH do Algarve foram chamados a pronunciar-se sobre o avanço dos trabalhos em diversas reuniões, tendo efetuado comentários e sugestões construtivas que foram sendo progressivamente incorporadas nos documentos do Plano.

Assim, tendo em conta as diversas contribuições recebidas, as mesmas são sumarizadas, de acordo com as Partes que constituem o PGRH da RH8.

Previamente ao desenvolvimento do parecer, é oportuno referir a necessidade de simplificar, no futuro, estes Planos de Gestão, tornando-os mais objetivos e direcionados para a aplicabilidade prática, sendo de intensificar a colaboração inter-administrativa.

Parte 1 – Enquadramento e aspetos gerais

Do balanço do 2.º Ciclo do PGRH da RH8 e considerando os documentos em apreciação, verifica-se uma tendência generalizada para um decréscimo no Estado das massas de água.

A dificuldade em atingir os objetivos da DQA terá sido agravada pela situação de seca verificada ao longo da execução do 2. º Ciclo, tornando-se evidente a persistência de pressões sobre os recursos hídricos.

Importa reforçar que o efeito de algumas medidas executadas no final do 2.º Ciclo pode não ser ainda visível no estado das massas de água no momento do diagnóstico para o 3.º Ciclo.

É da maior importância realizar exercícios de planeamento, físico e financeiro, adequados à capacidade das diferentes entidades, sob pena de resultarem em taxas de execução artificiais e que não refletem o real esforço para a sua concretização.





Parte 2 - Caracterização e Diagnóstico

A situação de referência apresenta algumas limitações/falhas, resultantes da falta de dados de base próximos da realidade.

Não obstante, entende-se adequado o desenvolvimento da Caracterização e Diagnóstico da RH8, apontandose alguns aspetos que devem merecer a devida atenção, concretizando:

- A necessidade de reforçar a robustez e coerência entre os valores de volumes de uso de água por parte de diferentes grupos de utilizadores e os valores, para estas mesmas variáveis, disponíveis noutras fontes geradas pela administração pública. Recomenda-se que a avaliação de disponibilidades e a estimativa de consumos associada aos diferentes grupos de utilizadores venham, no futuro, a ser sistematicamente harmonizadas em trabalho continuamente aferido e validado, através de metodologias solidamente alicerçadas sob o ponto de vista técnico e científico.
- Assegurar um maior rigor na "validação, coerência e suporte real" nos valores de consumos e disponibilidades, por forma a contribuir para uma análise mais objetiva dos problemas de escassez.
- Rever e refletir sobre os dados relativos às captações por setor, em particular entre o setor urbano e o agrícola.
- Nas pressões quantitativas, registam-se diferenças entre os dados apurados no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (2020) e os apurados neste Plano de Gestão, com uma acentuada subida (de 56,8% para 67%) do peso do setor agrícola no consumo total de água.
- A diminuição da percentagem de massas de água em estado "bom" relativamente ao ciclo anterior.
- Ao nível das pressões quantitativas, a caracterização e o diagnóstico carecem ainda de maior aprofundamento no que respeita ao peso do setor agrícola no consumo total de água.

Identifica-se igualmente informação adicional a considerar na versão final do PGRH:

- Alguns Aproveitamentos Hidroagrícolas estão em fase de desclassificação, como é o caso do Aproveitamento Hidroagrícola (AH) do Pinhal (já não está a funcionar). Prevê-se que no futuro se proceda também à desclassificação do AH de Vale Loulé.
- Relativamente ao atual indicador de resposta '% das necessidades de rega de campos de golfe satisfeitas por ApR (%/ano)', propõe-se a introdução de um novo indicador dirigido aos empreendimentos turísticos com sistema de tratamento próprio, nomeadamente '% de empreendimentos turísticos utilizadores de ApR (%/ano)'.
- No 4.º parágrafo do subcapítulo 2.1.2.7. Turismo do volume A, é referido 'Para avaliar e quantificar as pressões resultantes da atividade turística, consideraram-se os empreendimentos turísticos com sistema de tratamento próprio e rejeição nos recursos hídricos em 2018 e os campos de golfe existentes...', contudo, no Quadro 2.21- Carga rejeitada pelos empreendimentos turísticos na RH (pg. 45), verifica-se que se consideram englobados nos empreendimentos turísticos, o 'alojamento', a 'administração pública e defesa (piscinas municipais)' e as 'atividades desportivas, de diversão e recreativas', que inclui parques aquáticos e temáticos, e autódromos.





O conceito de empreendimento turístico encontra-se tipificado legalmente pelo que não poderá englobar alojamento não enquadrado em empreendimentos turísticos, 'atividades desportivas, de diversão e recreativas' que não os integrem, nem equipamentos públicos municipais. Admite-se que, no caso de se alterar a designação 'empreendimentos turísticos' para 'alojamento e animação turística' se mantenha a abrangência atual retirando em qualquer circunstância os equipamentos da administração pública (que deverão ser integrados em designação distinta).

Parte 3 - Análise económica das Utilizações da Água

A problemática da recuperação dos custos dos serviços de água relativos aos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas continua a ser uma das vertentes de maior relevância quando se analisa a sustentabilidade económico-financeira do setor.

Reforça-se assim a importância da aplicação contínua do Princípio do Utilizador-Pagador e do Poluidor-Pagador na gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, uma vez que este determina a repercussão na tarifa dos custos do aumento de tratamento (através do denominado fenómeno da repercussão fiscal).

No que respeita à distribuição da receita efetiva da TRH por setor utilizador no período de liquidação de 2018, o setor urbano é, notoriamente, o maior contribuinte para a receita efetiva da TRH.

Quanto ao setor agrícola, a informação estatística apresentada reporta-se apenas ao período de 2014-18, não tendo sido utilizada a informação apurada no Recenseamento Agrícola (RA) de 2019, nem a do RA 2009.

A área apurada para as culturas agrícolas regadas no RA 2019 foi bastante superior à apurada no RA 2009, mas ligeiramente inferior à apurada no RA 1999, pelo que a pressão quantitativa exercida atualmente pela agricultura será inferior à exercida há 20 anos atrás, dada a evolução dos sistemas de rega. Nesse período, destaca-se o aumento significativo nas culturas subtropicais, nomeadamente o abacateiro, cultura com necessidades hídricas muito semelhantes às da principal cultura da região que continua a ser a dos citrinos.

O quadro 3.31 tem informação algo desatualizada, de que é exemplo a informação relativa às culturas subtropicais (abacateiros e outros) no Algarve, para as quais foi apurada uma área total de 1915 ha, com uma produção total, estimada pela DRAP Algarve, de cerca de 1350 toneladas.

Parte 4 - Cenários Prospetivos

A definição dos cenários prospetivos tem um papel fundamental para o sucesso da concretização dos Planos, uma vez que permitem estabelecer concretamente as necessidades atuais e futuras (dentro do presente ciclo) que concorrem para o desenvolvimento de um Programa de Medidas proporcional e eficaz.

Os cenários prospetivos apresentados não atendem às especificidades da Região, pelo que a informação é meramente indicativa.

É desejável uma maior desagregação regional no que respeita, nomeadamente, à substituição de fertilizantes sintéticos por compostos orgânicos.





Ainda assim, é oportuno referir que a substituição de fertilizantes sintéticos por compostos orgânicos em 300.000 ha no cenário Pelotão, é um desafio ambicioso, dada a pobreza em azoto dos compostos orgânicos utilizados no país e a pobreza em matéria orgânica dos solos do Algarve, sendo que a agricultura biológica poderá contribuir, com algumas limitações.

No quadro "Estratégias / Planos / Programas regionais e locais" não há referência ao documento "REGADIO 2030 - Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década", de dezembro de 2021, elaborado pela EDIA, o que se aponta como uma lacuna a respeito da informação que deveria ser considerada a este respeito.

Parte 5 - Objetivos

Apesar das melhorias e esforços verificados desde a publicação da DQA, a prossecução dos seus objetivos até ao ano de 2027 estará dificultada, atendendo à complexidade e exigência do proposto, agravada pelo atual contexto de alterações climáticas, crise económica e incertezas associadas a possíveis futuros financiamentos para a execução do Programa de Medidas.

Não obstante este nível de incerteza, considera-se que os objetivos estão bem definidos, adequados à realidade, esperando-se ser possível alcançar as metas que lhes estão associadas.

Relativamente aos indicadores que permitem avaliar a concretização do proposto neste 3.º Ciclo de planeamento, será vantajoso esclarecer/quantificar parte dos indicadores que apresentam critérios dificilmente mensuráveis, descritos como face ao "necessário" ou "adequado".

Faz-se um apontamento na sistematização dos objetivos ambientais para a massa de água da Ria do Alvor, já que se julga que as pressões significativas indicadas afiguram-se insuficientes, uma vez que estas se restringem à atividade aquícola. É de notar que as águas residuais e agricultura, ou mesmo outras atividades, também contribuem para o impacte NUTR — Poluição por nutrientes. Ressalva-se ainda que, sendo o parâmetro responsável "Ervas Marinhas", a introdução de espécies e doenças não parece ser um fator que afete este parâmetro.

Parte 6 – Programa de Medidas

O Programa de Medidas constitui o elemento central dos PGRH, sendo a sua adequação e boa execução fatores determinantes para o grau de sucesso com que os objetivos ambientais da DQA são alcançados até ao ano de 2027.

Genericamente, consideram-se adequadas as medidas propostas, onde as motivações e os resultados que procuram atingir merecem concordância.

No entanto, muitas das medidas inscritas neste 3.º Ciclo do PGRH e, porventura, algumas das mais cruciais para uma gestão racional dos recursos hídricos na Região, assentam a sua operacionalização nos coeficientes de escassez por sub-bacia (WEI+).

Na Caracterização e Diagnóstico (Parte 2 – Volume B) do PGRH é traçado um cenário que confirma as expectativas mais pessimistas: os valores anuais deste índice para a Região Hidrográfica denunciam uma





situação de 'escassez severa' (WEI+ entre 50% e 70%) para ambos os períodos de referência considerados (1930–2015 e 1989–2015). Das sete sub-bacias consideradas na RH8, três podem mesmo dizer-se em situação de 'escassez extrema' sendo que nos meses de estio, a quase totalidade das sub-bacias apresentam valores mensais deste índice de 100%. Evidências como as anteriores levaram mesmo a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) a afirmar, no seu Contributo para a versão preliminar do estudo sobre a "Avaliação das disponibilidades hídricas por massa de água e aplicação do Índice de Escassez WEI+, visando complementar a avaliação do estado das massas de água" que "não existe margem para novos licenciamentos dos recursos hídricos, a não ser nas Regiões Hidrográficas do Douro, Lima e Minho".

A exploração dos recursos hídricos desta Região terá atingido o seu ponto de rutura, devendo a APA – ARH Algarve, nas suas múltiplas dimensões enquanto entidade licenciadora, fiscalizadora, produtora de instrumentos de gestão como o PGRH em apreço ou de pareceres técnicos com vista ao suporte da tomada de decisão por parte de outras entidades:

- Restringir a concessão de novos TURH, salvo nas situações mais excecionais e sempre com o acompanhamento do seu órgão consultivo, o CRH;
- Rever periodicamente os títulos já concedidos à luz de critérios da maior racionalidade e exigência;
- Implementar metodologias de monitorização e de controlo que impeçam a deterioração do estado quantitativo e qualitativo das massas de água e revertam as tendências de deterioração desses estados que algumas destas massas de água já evidenciam.

Os coeficientes de escassez deverão ser analisados e definidos com cautela no que diz respeito ao setor agrícola que tanto depende da água para produzir. A metodologia para cálculo do índice de escassez foi aprovada sem, no entanto, ter havido uma aferição conjunta pela DGADR e APA, pelo que é urgente este trabalho.

A redefinição dos coeficientes com base nos índices de escassez apresentados e definidos no estudo das disponibilidades hídricas promovido pela APA irá agravar os custos com a água e penalizar os utilizadores. Recorda-se que os custos da água já são agravados pelo binómio água-energia inerentes ao atual uso na agricultura, não sendo por isso razoável mais um efeito penalizador dos custos com o agravamento dos coeficientes de eficiência e de escassez.

Concretamente, para índices de escassez superiores a 40% (WEI+40%), a atividade agrícola de regadio passa a estar fortemente condicionada. Esta limitação afeta a totalidade da RH8.

Dá-se ainda nota de que, nas restantes Regiões Hidrográficas, a maior parte da fatia do investimento é direcionada para a construção ou remodelação de estações de tratamento de águas residuais urbanas, à semelhança do que sucedia nos anteriores ciclos de planeamento. Na RH8, metade do investimento previsto tem como foco o programa de adaptação às alterações climáticas, onde se inclui a implementação da dessalinização da água do mar para consumo humano.

Como aspeto inovador em relação ao anterior ciclo de planeamento aponta-se para a aposta na utilização de águas residuais urbanas tratadas como origem de água alternativa e complementar, a implementação da





dessalinização da água do mar para consumo humano e a aplicação do índice de escassez como condicionante ao licenciamento (Taxa de Recursos Hídricos, Títulos de Utilização de Recursos Hídricos e licenciamento de captações), diferenciado por sub-bacias hidrográficas (os efeitos das alterações climáticas evidenciam a necessidade de reduzir drasticamente o uso de água).

Acresce referir que apesar da identificação de que as pressões principais sobre as massas de água seriam as pressões difusas provenientes do setor agrícola, não há um evidente contributo deste setor através de medidas associadas a esta temática.

Durante a execução das medidas é fundamental acautelar a salvaguarda do Património Natural e Cultural associado.

Em resultado da análise das medidas propostas, fazem-se vários comentários:

Para além da questão da articulação da oferta e da procura e reforço de origens, a estratégia de gestão de recursos hídricos necessita igualmente de um enfoque respeitante ao aumento da eficiência, ou seja, diminuição do desperdício, reforço da segurança e controlo e monitorização dos recursos. As medidas relacionadas com a gestão racional da água / eficiência hídrica constituem uma prioridade, sendo vistas como um benefício transversal em que todos os utilizadores se querem envolver, não só através de ações de sensibilização, mas também através de projetos específicos relacionados com a atividade agrícola e o turismo, em que as parcerias com outras entidades têm sido promovidas. O objetivo é atingir uma meta que torne o Algarve mais resiliente, sustentável e inovador, em que o interesse público na monitorização e salvaguarda do estado quantitativo e qualitativo das massas de água deve prevalecer sobre quaisquer constrangimentos apontados por aqueles sobre quem possa recair esta obrigação.

Dá-se nota de que a DRAP Algarve deve ser tida também como entidade responsável na medida "Elaboração de diploma legal para redução da poluição difusa" e que o Turismo deve estar expressamente referenciado na redação da designação do programa de medidas PTE2P01 – 'Uso eficiente da água, medidas técnicas para rega, indústria, energia e habitações' que tem correspondência com a QSiGA32 'Ineficiências no uso da água (setores urbano, turístico e industrial)'.

O processo de definição e atualização das dotações a adotar como sendo as dotações de referência para as diversas culturas, deverá envolver entidades como organizações de agricultores e de regantes, o Centro de Competências para o Regadio, assim como a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Os valores a adotar como referência serão absolutamente determinantes para a viabilidade das culturas e para o sucesso do uso eficiente da água.

Relativamente às medidas propostas relacionadas com a "Renaturalização e recuperação de áreas artificializadas nos sistemas estuarino-lagunares do Algarve", importa encontrar soluções sustentáveis para estas áreas. Sendo a aquacultura uma atividade económica extremamente necessária para a alimentação humana e podendo ser implementada nestas zonas inativas, a mesma deve ser considerada como uma alternativa a ter em conta para reativar estas áreas e contribuir para um aumento da biodiversidade a elas associada, criando emprego e riqueza e o restabelecimento da comunidade de avifauna, numa perspetiva de prestação de serviços de ecossistemas.





Quanto às Medidas associadas ao licenciamento e à eficaz fiscalização de TURH, é indispensável garantir uma monitorização mais apertada dos volumes de água extraídos face aos titulados, nomeadamente através da introdução progressiva da obrigatoriedade de instalação de contadores em todas as captações, dando prioridade aos titulares identificados como sendo os maiores utilizadores de água, e a implementação de uma metodologia de controlo adequada.

A medida que propõe a aprovação da delimitação dos perímetros de proteção das captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público poderia prever, igualmente, apoio técnico e financeiro à realização dos necessários estudos prévios de delimitação de perímetros de proteção da responsabilidade das entidades gestoras de sistemas de abastecimento público.

A concretização das medidas ligadas à produção de água para reutilização (ApR) depara-se com alguns obstáculos para entidades gestoras de um sistema descentralizado de pequena dimensão para produção de ApR para uso próprio. O custo financeiro associado à realização de análises laboratoriais periódicas irá constituir um obstáculo inultrapassável para a maior parte dos projetos de pequena e média dimensão desta natureza, uma vez que o Anexo IV — Periodicidade de amostragem do Decreto—Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto, nada distingue quanto a sistemas de produção e/ou de utilização com capacidades inferiores a 300 m3/dia. A produção de ApR, numa abordagem de disponibilização de água com diferentes qualidades adequadas a diferentes usos, irá continuar, pelo menos num futuro próximo, a constituir uma origem alternativa de água com limitações quanto à sua distribuição territorial, uma vez que os locais para a sua utilização ainda estão circunscritos a uma razoável proximidade dos locais da sua produção.

A entidade Turismo de Portugal deve ser identificada com setor a abranger pela medida regional suplementar 'Promoção da utilização de água para reutilização como origem de água alternativa e complementar'.

É preciso mais formação e informação sobre o uso de ApR na agricultura. São também necessários estudos e novas soluções, visto que não existem ainda infraestruturas que tornem este processo viável.

Esta última medida (ApR) e a medida respeitante à Implementação da dessalinização da água do mar para consumo humano são essenciais face às incertezas envolvidas, em que a gestão dos recursos hídricos no Algarve apresenta muitos desafios, sendo que o objetivo principal é o de garantir a disponibilidade hídrica da Região, alcançada por um conjunto calendarizado e articulado de ações.

Estas medidas podem traduzir-se num aumento do custo da água das redes públicas de distribuição e consequentemente tornar a água para consumo humano mais cara. É assim imperioso que as reservas estratégicas de águas subterrâneas da Região sejam geridas segundo os princípios da maior prudência e do máximo rigor. Essa gestão deverá implicar a instalação generalizada de contadores em todos os pontos de consumo do recurso e uma monitorização periódica rigorosa dos volumes de água extraídos, como se evidencia na apreciação de outras medidas.





Quanto à criação de incentivo à prestação de serviços de ecossistemas nas Zonas de Infiltração Máxima, o levantamento de localizações que demonstrem potencial para a constituição de reservas estratégicas de água superficial (que constitui já uma prioridade no concelho de Loulé), pode vir a delinear uma origem alternativa de água para fins diversos que não o consumo humano e promover o aumento da infiltração de água. Nos casos em que estas Reservas incidam sobre linhas de água, as mesmas serão igualmente importantes no que se refere à preservação do ecossistema, na medida em que poderão constituir pontos de água ou cisternas para abeberamento animal, limitando o seu acesso às massas de água.

No que concerne às medidas associadas às pressões hidromorfológicas e reposição da continuidade fluvial, será importante considerar apoio técnico e financeiro à reabilitação de açudes, cisternas e charcas, bem como à constituição de novas destas estruturas por iniciativa pública ou privada.

A dotação da APA com os meios necessários para reforçar a fiscalização de captações e rejeições ilegais nos recursos hídricos e para reforçar a monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos é de facto imprescindível para a implementação bem-sucedida de várias das medidas inscritas neste 3.º ciclo do PGRH. Complementarmente, a APA — ARH Algarve deverá adensar a sua rede de monitorização, recorrendo preferencialmente às infraestruturas existentes.

Sobre as medidas que pretendem "Condicionar a emissão e revisão de TURH para captação de água destinada ao abastecimento público à implementação de medição automática do volume captado, incluindo telemetria para volumes anuais superiores a 1 hm3" e "Condicionar a emissão e revisão de TURH para captação de água para rega à implementação de medição automática do caudal, incluindo telemetria para volumes anuais superiores a 1 hm3", entende-se que os meios tecnológicos necessários a uma implementação de telemetria em larga escala já se encontram suficientemente acessíveis, tanto em termos técnicos, como em termos económicos, pelo que a sua implementação deverá ser generalizada para valores de extração de água anuais inferiores aos 1 hm3 propostos.

Mais se entende que o interesse público na monitorização e salvaguarda do estado quantitativo e qualitativo das massas de água subterrâneas deve prevalecer sobre quaisquer constrangimentos apontados por aqueles sobre quem possa recair esta obrigação, principalmente se atendermos à quase impossibilidade prática de se manter um controlo periódico rigoroso e eficaz destes dispositivos de medição de outra forma.

Respeitante à "Elaboração dos Planos de Gestão de Seca e Escassez", a experiência adquirida pela Câmara Municipal de Loulé com a elaboração do seu Plano Municipal de Contingência para Períodos de Seca poderá enriquecer a elaboração deste Planos.

Face à situação de seca e eventos de precipitação extrema, fica clara a relevância de aumentar a capacidade de armazenamento ao nível das bacias. O aumento da capacidade de armazenamento de água e a regularização interanual é essencial, assim como a necessidade de acelerar a captação no Pomarão (já prevista neste ciclo de planeamento) com ligação à barragem de Odeleite e a identificação de possíveis novas reservas de água (barragem da Foupana).





No futuro, deve ser igualmente ponderada uma solução que passe pela transferência entre as bacias do Guadiana e as Ribeiras do Algarve, tendo eventualmente origem no sistema do Algueva.

Parte 7 – Sistema de promoção, acompanhamento e avaliação

Ao longo do período de vigência dos PGRH é necessário acompanhar a sua adequação e concretização, através de uma avaliação detalhada do nível de execução física e financeira do Programa de Medidas a implementar pelas diferentes entidades promotoras e pelos setores utilizadores dos recursos hídricos (pressões qualitativas e quantitativas).

De facto, considera-se urgente consciencializar as várias partes interessadas para a importância da promoção e concretização destes instrumentos de planeamento na proteção e gestão integrada dos recursos hídricos do País, nomeadamente na prossecução dos objetivos ambientais estabelecidos na DQA.

Uma melhor integração da temática da água nas políticas setoriais, bem como uma maior e mais eficiente partilha de informação entre os vários setores económicos, de modo a evitar ou minimizar potenciais conflitos que possam surgir é fundamental.

Não obstante, reconhece-se e valoriza-se o trabalho conjunto que a APA e as diferentes partes interessadas têm vindo a desenvolver nas várias temáticas da gestão da água que concorrem para a sua sustentabilidade e proteção ambiental.

Avaliação Ambiental Estratégica

O Relatório Ambiental preliminar e respetivo Resumo Não Técnico encontram-se com o alcance adequado.

Conclusão

Os objetivos da Diretiva Quadro da Água / Lei da Água estão, em termos gerais, devidamente assegurados nas ações previstas no PGRH 3º Ciclo, dando resposta à maioria das preocupações transmitidas pelas entidades que constituem o CRH, pelo que se emite parecer favorável.

Contudo e conforme exposto no presente parecer, existem ainda alguns aspetos a ponderar na versão final do documento.

Participantes no Grupo de Trabalho:

- Carla Rolo Antunes / Universidade do Algarve
- David Silva / Câmara Municipal de Loulé
- José Carlos Tomás / Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
- José Núncio / Federação Nacional de Regantes de Portugal
- Marisa Viriato / Águas do Algarve
- Rui Lança / Conselho de Reitores das Universidades Portugueses

O presente parecer inclui ainda os contributos das seguintes entidades:

Administração Regional de Saúde do Algarve





- Instituto Português do Mar e Atmosfera
- Direção Geral do Património Cultural
- Região de Turismo do Algarve
- Turismo de Portugal

Faro, 17 de fevereiro de 2023